



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Deflagração das Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90002/2026

UASG 450432 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO- GDF

PRETENSE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO COMPLEMENTAR PARA OS ESTUDANTES DO 3º SEGMENTO DA EDUCAÇÃO E JOVENS E ADULTOS (EJA)

LICITAÇÃO ELETRÔNICA SRP

PROCESSO Nº 00080-00009578/2024-19

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 24 de março (terça-feira) de 2026, às 10h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por LOTE.

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 15.945.738,00 (quinze milhões, novecentos e quarenta e cinco mil setecentos e trinta e oito reais).

Torna-se público que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, sediada no Shopping ID, SCN, Quadra 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000, Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70.716-900 - DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O presente certame será conduzido na modalidade Pregão Eletrônico e obedecerá integralmente ao Decreto Distrital nº 44.330/2023, a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na elaboração e fornecimento de material didático-pedagógico complementar, por meio do Sistema de Registro de Preços, para atender os estudantes matriculados no 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), correspondente ao Ensino Médio, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. As especificações do objeto, incluindo as quantidades máximas e mínimas, serão conforme as disposições do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;

- 2.1.1.3. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
 - 2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
 - 2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;
 - 2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações; e
 - 2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às Atas de Registro de Preços sob sua gestão.
- 2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado. (Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em Lei. (§ 5º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
 - 2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a Ata de Registro de Preços nos termos do item anterior, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.3. Será incluído, na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro de Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)
 - 2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)
- 2.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contado a partir da publicação do extrato da Ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.
- 2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023)
 - 2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.
- 2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF ou, na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela Administração.
- 2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023)
- 2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF44.330/2023).
- 2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, **Anexo V deste Edital**, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF dentro do prazo previsto no Edital para apresentação de propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2. Autor do anteprojeto, do Projeto Básico ou do Projeto Executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência, do Projeto Básico ou Executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.11. Proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

3.6.12. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);

3.6.13. Agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);

3.6.14. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

3.6.15. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo Decreto nº 37.843/2016):

3.6.15.1. Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da Administração Pública Distrital (Inciso alterado pelo Decreto nº 37.843/2016); ou

3.6.15.2. Agente público cuja posição no órgão ou entidade da Administração Pública Distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo Decreto nº 37.843/2016);

3.6.16. A vedação de que trata o item 3.6.15. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

3.6.17. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

3.6.18. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do Projeto Básico e do Projeto Executivo, nas contratações integradas, e do Projeto Executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13. Será permitida a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial na licitação, desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, conforme Decisão nº 10/2021 – TCDF e Acórdão nº 1201/2021 – Plenário/TCU.

3.14. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

3.14.1. A participação de consórcios de empresas no processo licitatório é permitida, mas depende da **justificação da Administração** no edital, conforme artigo 15 da Lei nº 14.133/2021. A Administração pode admitir consórcios quando entender que a união de empresas é necessária para garantir a **competitividade** do certame e o atendimento das

exigências técnicas ou econômicas do objeto licitado.

3.14.2. Via de regra, o Administrador público autoriza a participação de consórcio, quando entende que a competitividade do certame licitatório poderá ser afetada pela inexistência ou pela escassez de empresas que, isoladamente, não teriam capacidade técnica e/ou econômica de concorrer em igualdades de condições, sendo assim necessária a união de várias empresas para atender às condições especificadas no edital.

3.14.3. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

3.14.4. A subcontratação será permitida, conforme disposto no art. 122 da Lei Federal n.º 14.133/2021, visto que possibilita a empresa contratada realizar uma subcontratação para a execução de uma parte do objeto. Assim, a empresa contratada poderá subcontratar, a fim de permitir melhores fornecedores para uma etapa do processo, o que pode resultar em uma maior eficiência e redução de custos.

3.14.5. A subcontratação fica limitada a 25% para o serviço de impressão do material didático-pedagógico complementar em conformidade ao § 9º, do Art. 67 da Lei n.º 14.133/2021.

3.14.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.15. DO TRATAMENTO ÀS ENTIDADES PREFERENCIAS

JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

3.15.1. Quanto à previsão do benefício da Cota Reservada, previsto na Lei Distrital nº 4.611/2011, que regulamenta, no Distrito Federal, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, esclarecemos que tal dispositivo **não poderá** ser aplicado ao objeto do Termo de Referência, tendo em vista que sua observância acarretaria fracionamento do objeto pleiteado e consequente prejuízo em sua execução e na qualidade almejada.

3.15.2. Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais adequado para promover a maior vantagem para a Administração.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- 4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata o item 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor ou desconto;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3.1. A licitante assume integral responsabilidade acerca das alíquotas e bases de cálculos dos tributos e contribuições previdenciárias que compõe a proposta, em especial àqueles influenciados por seu regime de tributação (PIS e COFINS); por incidência de desoneração (INSS e CRPB) e/ou diferenciação de alíquotas/base de cálculo em decorrência da atividade desempenhada (ISS).

5.3.1.1. A aceitação da proposta por parte do Órgão Licitante não gera para a futura contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro quando a modificação superveniente da alíquota e/ou base de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias for decorrente de ato voluntário da empresa ou em face de erro quanto à interpretação de seu regime de tributação.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da Lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item.

- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá o modo de disputa "aberto e fechado".
- 6.12. Para o envio de lances no Pregão Eletrônico de modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.19.2.2. Empresas brasileiras;
 - 6.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19.3. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro, tendo em vista a [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024](#), que proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.19.4. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.19.5. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.19.6. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.19.7. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.19.8. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.19.9. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).[A20]

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 130 a 134 do Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. No preenchimento da planilha, considera-se erro passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador. (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF)

8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

8.2.1. Qualificação técnica

I - Para fins de Habilitação, a empresa licitante deverá comprovar a sua Qualificação Técnica, apresentando, no mínimo 1 atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que forneceu o fornece itens compatíveis em características, quantidades e prazos ao objeto dessa licitação (material didático-pedagógico complementar) e que contenham, no **mínimo, 20% do total do lote** que a empresa licitante pretende participar, nos termos do artigo 67, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

II - Em observância ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade, e em conformidade com o art. 67, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de qualificação técnico foi dimensionada considerando apenas o quantitativo estimado para um período de 12 meses de execução contratual, conforme os quantitativos apresentados referentes ao ano de 2026, no item 12.4, tabela 1, total 2026.

III - A adoção desse critério tem como finalidade assegurar que os licitantes demonstrem capacidade técnica compatível com a demanda anual, evitando a imposição de requisitos excessivos que possam restringir indevidamente a competitividade. Assim, o atestado de capacidade técnica deverá comprovar experiência anterior na execução de objeto de natureza e complexidade semelhantes, em volume equivalente ao consumo previsto para um ano, o que é suficiente para atestar a aptidão da empresa à plena execução do contrato.

IV - Tal delimitação também considera que a execução contratual se dará de forma parcelada ao longo de sua vigência, e não de maneira integral e imediata, o que reforça a adequação de se exigir a comprovação técnica apenas para o volume correspondente a um exercício anual. Dessa forma, preserva-se o equilíbrio entre a segurança da contratação e a ampliação da participação de potenciais fornecedores, em alinhamento aos princípios da isonomia, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021

V - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

- VI - A exigência pela apresentação de atestados técnicos no percentual descrito no anterior se faz necessária para resguardar a Administração Pública no sentido de garantir a execução do contrato e, conseqüentemente, atender às demandas da SEEDF, e tal exigência não compromete a competitividade do certame.
- VII - O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter nome, endereço e telefone do contato do atestador.
- VIII - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- IX - Para fins de diligência a CONTRATANTE poderá solicitar a apresentação de Notas de Empenho e/ou Notas Fiscais de Entidades Públicas e Privada.

8.2.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;.
- V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- VI - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- VII - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- VIII - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.3. Qualificação econômico-financeira

- I - A exigência da qualificação econômico-financeira é essencial para avaliar a saúde financeira das empresas em processos seletivos e garantir que elas tenham capacidade de cumprir com os compromissos assumidos, atendendo as especificidades do objeto da pretensa aquisição. Essa prática reduz riscos de inadimplência e interrupção de serviços, assegurando continuidade e qualidade nos serviços prestados. Além disso, promove um ambiente de competição saudável, incentivando a participação de empresas realmente capacitadas e beneficiando a sustentabilidade e eficiência dos recursos para a administração pública.
- II - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- III - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).
- IV - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, comprovando:
 - a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- V - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

- VI - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 anos.
- VII - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- VIII - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] ou [patrimônio líquido mínimo] de 5% valor total estimado da parcela pertinente.
- IX - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- X - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- XI - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971.
- XII - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
- XIII - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.
- XIV - O registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107.
- XV - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.
- XVI - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
 - g) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.2.4. **Habilitação jurídica:**

- I - **Empresas submetidas a recuperação judicial poderão participar do certame**, desde que demonstrem viabilidade econômica e apresentem plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo judiciário, conforme preceitua as **decisões do TCDF nº 596/2024, 1.212/2024, 1.469/2024**.
- II - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- III - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- IV - **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

V - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

VI - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

VII - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

VIII - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.5. **Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

I - Declaração, sob as penas da Lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

8.2.6. **Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:**

I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.

II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.4. Os órgãos e as entidades da Administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

8.5. O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

- 8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.7. O Pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: pregao.suag@se.df.gov.br
- 8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.9. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.10.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.
- 8.10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a Lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 8.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.13. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.
- 8.14. O licitante deverá apresentar, podendo sofrer pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.16. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 8.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

- 8.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto nº 44.330/2023, art. 135, §3º):
- 8.18.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.18.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e
- 8.18.3. A realização ou não de diligências ocorrerá mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Pregoeiro antecedida de diálogo com os setores administrativos interessados no objeto da licitação, não se configurando direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido.
- 8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.
- 8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de Licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: pregao.suag@se.df.gov.br

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
 - 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/1019), não mantiver a proposta ou o lance em especial quando:
 - 10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
 - 10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
 - 10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 10.1.5. Fraudar a licitação;
 - 10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;
 - 10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. Advertência;
 - 10.2.2. Multa;
 - 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
 - 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

- 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que ver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 10.15. Os procedimentos para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas a licitantes e contratados no âmbito da SEEDF, devem estar de acordo com a Portaria Nº 1.068, de 26 de agosto de 2024.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica nos seguintes meios: pregao.suag@se.df.gov.br
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO TERMO DE CONTRATO

- 12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme Lei nº 14.133/2021.
- 12.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.
- 12.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.
- 12.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 12.2.4. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;
- 12.2.5. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;
- 12.2.6. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- 12.2.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantagem para a administração pública e assegurada a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.
- 12.2.8. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

12.3. DO REAJUSTE

- 12.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, o qual foi realizado no dia 26 de novembro de 2025.
- 12.3.2. Após o período estipulado no item anterior, qualquer alteração posterior à assinatura do Contrato, no que tange a reajuste de preço, seguirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme preconizado no artigo 3º, inciso II do Decreto Distrital nº 37.121/2016 e alterações posteriores, bem como aos termos do artigo 3º, caput e §1º da Lei nº 10.192/2001, artigo 6º, inciso LVIII da Lei nº 14.133/2021, mediante Termo Aditivo assinado entre as Partes, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme artigo 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.
- 12.4. As demais considerações referentes ao termo de contrato ou instrumento equivalente serão conforme as determinações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

13. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

13.1. RECEBIMENTO

- 13.1.1. Não serão recebidos materiais com especificações em desacordo com as constantes do Termo de Referência;

13.1.2. Os itens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, nos termos do artigo 27 do Decreto Distrital nº 44.330/2023 e do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, após o recebimento provisório, caso seja constatado que o material possui vício aparente o redibitório ou quando estiver em desacordo com a especificação ou a proposta, por meio de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto contratado, será interrompido o prazo de recebimento e suspenso o pagamento até que o problema seja sanado, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.1.4. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

13.1.5. O recebimento provisório será comprovado por Nota Fiscal de Simples Remessa ou documento equivalente, depois de satisfeitas as seguintes condições:

- a) Entrega realizada nas quantidades contratadas.
- b) Materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados.
- c) Verificação de aderência às marcas, modelos e preços constantes do instrumento contratual.

13.1.6. O prazo para **recebimento definitivo** ocorrerá em até 05 dias, contados da data de recebimento provisório do objeto, pela Contratante. O recebimento definitivo será formalizado mediante atesto na Nota Fiscal feito pelo fiscal do contrato, ou pela pessoa responsável pelo recebimento dos materiais, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

13.1.7. Na hipótese da verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis ao servidor omissor;

13.1.8. O material entregue com defeito ou fora das especificações deverá ser substituído no prazo máximo de 15 dias corridos após a data de comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação ficando a critério da Administração a aprovação ou não.

13.1.9. A recusa ao recebimento do material, por qualquer motivo devidamente justificado, não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando o fornecedor obrigado a retirar o material, substituí-lo ou complementar a entrega, sob pena de aplicação das penalidades disciplinares

13.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem a ética profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

13.2. **LIQUIDAÇÃO**

13.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.2.2. A Contratada emitirá a(s) Nota(s) Fiscal(is) de venda ou documento(s) equivalente(s), com indicação do mês de referência, a especificação, a quantidade, o valor unitário e o valor total de cada bem, em observância ao descrito no contrato.

13.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

13.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

13.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.3. **PRAZO PARA PAGAMENTO**

13.3.1. O pagamento será realizado em até 30 dias, sendo contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais à Contratante, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento. É vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.

13.3.2. Após o prazo estipulado no item anterior, verificada ausência de pagamento por parte da Contratante, a parcela devida será reajustada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE pro rata tempore die, de acordo com o art. 3º, II do Decreto Distrital nº 37.121/2016 e alterações posteriores.

13.4. **FORMA DE PAGAMENTO**

13.4.1. O pagamento será efetuado de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços e após atesto pelo gestor do Contrato.

13.4.2. Para efeito de pagamento, a contratada deverá apresentar, junto com os documentos fiscais, os demais documentos relacionados abaixo:

- CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF.
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS.
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO AO GDF.

- 13.4.3. Os pagamentos de despesas somente serão efetivados após sua regular liquidação e emissão de Previsão de Pagamento – PP, conforme o previsto no artigo 63, do Decreto nº 32.598, de 15 de Dezembro de 2010.
- 13.4.4. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente (gestor ou fiscal do contrato), do documento de cobrança apresentado pela contratada.
- 13.4.5. O pagamento será realizado por meio de faturas/GRU no valor dos serviços efetivamente executado.
- 13.4.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 13.4.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.4.9. Não será efetuado pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 13.4.10. Em hipótese alguma será objeto de instrução processual documento fiscal emitido em desacordo com as especificações contratuais do Termo de Referência.
- 13.4.11. Todos os pagamentos serão realizados em estrita observação à instrução dos autos, descontando do valor total da fatura eventuais glosas apontadas pelos fiscais do contrato.
- 13.4.12. O pagamento será realizado em tantas parcelas quantas necessárias, conforme parcelamento das entregas.
- 13.4.13. Por força do Decreto Distrital 32.767/2011 e alterações posteriores, as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00, os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB.
- 13.4.14. Excluem-se das disposições do art. 6º do Decreto nº 32.767, de 17/02/2011:
- I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal.
 - II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.
 - III - Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais ou representações no Distrito Federal e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.
- 13.4.15. Nos termos do art. 61 do Decreto nº 32.598/2010 alterado pelos Decretos 37.815/2016 e 44.330/2023, para liquidação da despesa, é indispensável constar do processo:
- a) Nota de empenho.
 - b) Atestado de recebimento do material, de prestação do serviço ou de execução da obra, emitido por agente credenciado, na primeira via do documento fiscal, salvo nos casos previstos no §1º do artigo 64 e no caso de o processo ter sido iniciado por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.
 - c) Termo circunstanciado que comprove o recebimento do serviço ou a execução da obra, nos termos da alínea "b" do inciso I do artigo 140 da Lei nº 14.133, de 2021, emitido por agente ou comissão designada pela autoridade competente.
 - d) Data, nome por extenso, em carimbo ou letra de forma, número de matrícula e cargo ou função, sob as assinaturas dos servidores que os instruírem o processo; e

- e) Documento eletrônico, atestando a prestação do serviço relativo a um ou mais documentos fiscais, assinado por servidor ou comissão designado para tal ato, nos casos de os processos terem sido iniciados por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

13.5. CESSÃO DE CRÉDITO

- 13.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 13.5.2. As cessões de crédito não abrangidas pela IN SEGES/ME nº 53/2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 13.5.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela IN SEGES/ME nº 53/2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 13.5.4. Sem prejuízo do regular atendimento a obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nos termos o Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 13.5.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções a pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (IN SEGES/ME nº 53/2020 Anexos).
- 13.5.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob integral responsabilidade do Contratado.

14. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 14.1. As regras referentes ao modelo de execução do objeto serão conforme as determinações do Termo de Referência e seus anexos.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1. As regras referentes às obrigações da contratante serão conforme as determinações do Termo de Referência e seus anexos.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1. As regras referentes às obrigações da contratada serão conforme as determinações do Termo de Referência e seus anexos.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal- SEEDF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 17.10. A anulação do Pregão induz à do contrato.
- 17.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 17.12. É terminantemente proibida a utilização de mão de obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 17.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 17.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 17.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 17.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 17.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 17.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 17.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 17.19. Deverão ser observadas as aplicações da Lei nº14.133/2021 e do Decreto nº44.330/2023 ao presente procedimento licitatório.
- 17.20. Cumpre estabelecer a implementação no processo licitatório o disposto na Lei nº 6.112, de 02/02/2018, alterada pela Lei nº 6.176 de 16/07/2018 e pela Lei nº 6.308, de 13/06/2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do Distrito Federal.
- 17.21. Deverão ser observadas as normas do Decreto nº44.162, de 25 de janeiro de 2023, que determina em seu art. 5º que é obrigatório o cadastramento dos contratos administrativos, bem como dos respectivos termos aditivos, apostilamentos e termos de rescisão no Sistema de Gestão de Contratos - e-ContratosDF, sendo vedada a execução da despesa que não obedecer ao dispositivo legal.
- 17.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.23. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
- 17.24. As demais considerações deverão estar de acordo com os termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Distrital nº44.330/2023 e demais legislações aplicáveis.

18. DOS ANEXOS

- 18.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência (id. 188587250);

(Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar id. 188748438);

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;

ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019;

ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços; e

ANEXO VI - Penalidades (Lei nº14.133/2021, Decreto Distrital nº44.330/2023 e Portaria nº 1.068, de 26 de agosto de 2024).

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA (ID. 188587250)

PRETENSE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO COMPLEMENTAR PARA OS ESTUDANTES DO 3º SEGMENTO DA EDUCAÇÃO E JOVENS E ADULTOS (EJA)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO

1.1.1. Trata-se processo administrativo que objetiva a pretensa contratação de empresa especializada na elaboração e fornecimento de material didático-pedagógico complementar, por meio do Sistema de Registro de Preços, para atender os estudantes matriculados no 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), correspondente ao Ensino Médio, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. ESPECIFICIDADES DO OBJETO

1.2.1. As especificidades e as quantidades constam dos ANEXOS I - Planilha de Formatação de Custos e Quantitativos e II - Das Especificações do Objeto, deste Termo de Referência, estabelecidas com base na necessidade do público-alvo e na projeção do surgimento de novas demandas.

1.3. NATUREZA DO OBJETO

1.3.1. Conforme o Art. 114 do Decreto Distrital n.º 44.330/2023 e do Art. 29 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto da pretensa contratação se enquadra como bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Dessa forma, pode ser licitado na modalidade Pregão, na forma eletrônica, por meio do Sistema de Registro de Preços.

1.3.2. O objeto da presente contratação se enquadra como bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente claramente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, sendo que não há necessidade de qualquer inovação ou modificação por parte da Administração Pública ao adquirir o material. Assim, a hipótese configura-se a aquisição de bens comuns, com características e especificações usuais de mercado, nos termos expostos.

1.3.3. O objeto da pretensa contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Art. 74 do Decreto n.º 44.330/2023 e Art. 20 da Lei n.º 14.133/2021.

1.4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.4.1. O serviço é enquadrado como não contínuo, considerando que a aquisição do material didático-pedagógico complementar será realizada ao longo dos anos de 2026 e 2027. Dessa forma, não será necessário que o serviço seja permanente ou prolongado, em conformidade ao disposto no art. 6º, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A pretensa aquisição tem o intuito de fortalecer a oferta da Educação de Jovens e Adultos e fomentar a permanência, com aprendizagem, dos estudantes a EJA, visto que nessa modalidade de ensino, não recebe material didático do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação, desde o ano de 2012, o que precarizou oferta da EJA no Distrito Federal e ampliou as desigualdades educacionais. Ademais, a ausência de materiais didáticos impacta reflete, diretamente na organização do trabalho pedagógico dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino e no processo de ensino e de aprendizagem.

2.2. Ressalta-se que, No quadriênio 2026-2029, conforme consta o [EDITAL CONSOLIDADO 02/2023 - CGPLI - PNLD EJA 2026-2029 - 05/06/2024](#), o fornecimento de obras didáticas está destinado **exclusivamente** aos estudantes e professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) dos 1º e 2º segmentos, sendo:

- 1º Segmento: Ensino Fundamental I (Anos Iniciais – 1ª a 4ª Etapas)
- 2º Segmento: Ensino Fundamental II (Anos Finais – 5ª a 8ª Etapas)

2.3. Esse material atenderá as redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, além de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público. Conforme o cronograma do edital, a escolha das obras, do 1º e 2º Segmentos será feita pelos docentes em 2025, e a distribuição aos estudantes ocorrerá em 2026.

2.4. Dessa forma, com a pretensa contratação, objetivando a aquisição para os anos de 2026 e 2027 esta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal pretende suprir esse lapso temporal, garantindo, a disponibilidade do **material didático-pedagógico complementar para os estudantes matriculados no 3º segmento da EJA**, correspondente ao Ensino Médio, tendo em vista que não há disponibilização de material didático (PLND) para esse segmento, pelo PNLD, até o ano de 2029.

2.5. Além disso, destaca-se que essa aquisição refere-se ao material complementar, considerando que o último recebimento de material didático pelo PNLD - EJA ocorreu em 2012. Nesse sentido, a presente contratação busca suprir 12 anos de ausência de material didático para o 3º Segmento da modalidade EJA.

2.6. A aquisição justifica-se, ainda, pela necessidade de qualificar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes do 3º Segmento da EJA, garantindo recursos didáticos - pedagógicos complementares. Além disso, visa subsidiar a organização do trabalho pedagógico e a prática docente, alinhando-se aos seguintes normativos:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), conforme disposto nos incisos 1º e 2º do artigo 37, os quais trazem que "os sistemas de educação assegurará oportunidades educacionais apropriadas e viabilizará o acesso e a permanência do trabalhador na escola" Assim, a promoção de material didático-pedagógico complementar aos estudantes da rede pública de ensino, matriculados na modalidade EJA contribui para que os estudantes sejam estimulados à permanecerem em seus percursos formativos, de forma significativa.

- Plano Distrital de Educação (PDE - 2015-2024) que na Estratégia 9.5 remete à garantia de material didático adequado ao processo educativo, considerando as especificidades da educação de jovens e adultos.
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), que em seu objetivo 4: Educação de qualidade traz: "Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos."
- Planejamento Estratégico Institucional 2023-2027, objetivos 12 e 13.

2.7. O levantamento do quantitativo de material didático-pedagógico complementar foi realizado com base nos dados de matrícula da EJA no Censo Escolar 2024 (179052735), conforme especificado no item 12 deste Termo de Referência. Dessa forma, considera-se necessária a elaboração e fornecimento de 54.300 unidades do material, incluindo uma margem de 10% para reserva técnica.

2.8. Diante desse contexto, a SEEDF reafirma seu compromisso com a promoção do material didático-pedagógico complementar, garantindo suporte pedagógico aos professores e fortalecendo o percurso formativo dos estudantes do 3º Segmento da EJA.

3. PÚBLICO-BENEFICIÁRIO

3.1. Constitui público beneficiário do objeto da presente contratação a aquisição de material didático-pedagógico complementar, destinado aos estudantes matriculados no 3º Segmento, correspondente ao Ensino Médio, da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O presente certame será conduzido na modalidade Pregão Eletrônico e obedecerá integralmente ao Decreto Distrital nº 44.330/2023, a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso observará as disposições das seguintes normativas:

- Lei 4.611/2011, e suas alterações;
- Lei Complementar nº 123/2006;
- Lei n.º 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- Lei n.º 4.770/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal);
- Portaria 1.068, de 26 de agosto de 2024, que estabelece procedimentos para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas a licitantes e contratados no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;
- Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administradores e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

4.2. Adicionalmente, a contratação pretendida encontra amparo no Art. 2º do Decreto Distrital nº 28.754/2008, que determina que:

“A presente descentralização compreende, exclusivamente, a contratação de serviços ou bens, cuja prestação não possam sofrer solução de continuidade para atendimento das necessidades essenciais das instituições educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal”.

4.3. Excepcionalmente, esse decreto permite que a SEEDF seja excluída do regime de centralização de licitações de compras, obras e serviços, desde que a aquisição do material didático-pedagógico complementar não possa sofrer interrupções. Dessa forma, a aplicação do Decreto Distrital nº 28.754/2008 justifica-se pela essencialidade desses materiais para o desenvolvimento das atividades pedagógicas nas unidades de ensino.

4.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I - 3.3.90.32.03.00.001.**24017** - Livros de didáticos, MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO complementar para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

4.5. **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.5.1. A utilização do Sistema de Registro de Preço na Modalidade Pregão Eletrônico dar-se-á, portanto, conforme o art. 190 do Decreto Distrital n.º 44.330/2023, sendo o Sistema de Registro de Preços adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.5.2. O Sistema de Registro de Preços na Modalidade Pregão eletrônico proporciona a aquisição de materiais/serviços de maior qualidade, uma vez que os padrões de identidade, desempenho e qualidade do gênero da pretensa contratação podem ser objetivamente definidos. Além disso, proporciona também maior celeridade ao procedimento licitatório, transparência, agilidade, eficiência e economicidade à gestão pública.

4.5.3. A pretensa aquisição utilizará o Sistema de Registro de Preço devido à natureza do objeto, em conformidade com os incisos II e IV do art. 190 acima elencado, visto que a entrega dos materiais didáticos-pedagógicos complementares ocorrerá a cada semestre letivo de forma parcelada e pela impossibilidade de definir previamente o quantitativo do referido material, já que as matrículas dos estudantes na modalidade EJA apresentarem variações a cada semestre letivo, respectivamente.

4.6. **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.6.1. De acordo com o art. 192 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, Parágrafo único: A publicidade da intenção de registro de preços aos demais órgãos e entidades, prevista no inciso I, do caput deste artigo, poderá ser dispensada pelo órgão gerenciador, mediante justificativa, quando o objeto for de interesse restrito a órgãos ou entidades específicas da Administração Pública Distrital.

4.6.2. Ainda conforme prevê o §1º do art. 86º do Lei n.º 14.133/2021, permite-se que o órgão gerenciador do procedimento licitatório dispense a divulgação da Intenção de Registro de Preços, quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único CONTRATANTE.

4.6.3. Os materiais didáticos-pedagógicos complementares, objeto da pretensa aquisição, serão destinados, exclusivamente aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Diante da especificidade do público beneficiário, bem como a necessidade de garantir a destinação do objeto a todos os estudantes da EJA, **não será autorizada** a publicização da intenção de registro de preços aos demais órgãos e entidades.

4.7. **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.7.1. Conforme disposto no art. 197, inciso III, do Decreto Distrital nº 44.330/2023, a permissão ou não da Adesão tardia (“carona”) à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação é de natureza discricionária por parte do gestor. Sendo assim, no âmbito dessa discricionariedade, **não será autorizada** a adesão à Ata de Registro de Preço, nos termos do art. 208 do referido decreto.

4.7.2. A não autorização para adesão à ata de registro de preços justifica-se pela especificidade do objeto, que consiste em materiais didáticos - pedagógicos complementares, destinados exclusivamente aos estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos ((EJA) da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

4.8. **PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.8.1. Conforme preconizam o artigo 84, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021 e o Art. 198, § 1º, do Decreto Distrital n.º 44.330, 16 de março de 2023, o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, **será de 12 meses** e poderá ser prorrogado por igual período,

desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.8.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A pretensa contratação visa adquirir material didático-pedagógico complementar para os estudantes matriculados no 3º segmento da Educação e Jovens e Adultos (EJA). Esse material será desenvolvido em conformidade com o Currículo em Movimento da Educação Básica - Pressupostos Teóricos (SEEDF, 2014) e o Currículo em Movimento da Educação Básica - Educação de Jovens e Adultos (SEEDF, 2014), ambos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, sendo os documentos curriculares vigentes na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF para a Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DF).

5.2. A aquisição do material didático-pedagógico complementar para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) promoverá a qualificação do processo educativo, considerando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como a ampliação das oportunidades de aprendizagem dos estudantes dessa modalidade. Nesse sentido, destaca-se a relevância social da pretensa aquisição, tendo em vista a possibilidade de inclusão social dos estudantes da EJA, com vistas à sua (re)inserção no mundo do trabalho.

5.3. Salienta-se que esse material didático-pedagógico complementar está em consonância com os critérios de sustentabilidade ambiental, conforme as especificações e as demais exigências para aquisição de bens, tais como: material reciclado, atóxico e biodegradável, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; materiais que não contenham substâncias perigosas acima dos padrões tecnicamente recomendados por organismos nacionais ou internacionais; e materiais acondicionados em embalagens adequadas, feitas com o uso de material reciclável, com o menor volume possível.

5.4. Os materiais didáticos - pedagógicos complementares observarão os princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano, tais como: respeito a todos os brasileiros, respeito à liberdade de consciência, respeito à liberdade religiosa e a liberdade política dos estudantes e de suas famílias, observado o caráter laico do Estado e o respeito ao sentimento religioso, bem como a articulação com os fundamentos, objetivos e direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, além dos princípios e disposições específicas referentes à temática da Educação presentes em sua Seção I, Capítulo III, Título VIII.

5.5. Em relação ao aspecto econômico, serão observados os critérios de eficiência e durabilidade para os materiais didáticos-pedagógicos complementares, visto que os referidos materiais serão consumíveis ao longo do semestre letivo pelos estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

6.1.1. A CONTRATADA deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, bem como o Art. 2º do Decreto 44.330 de 16 de março de 2023, o qual regulamenta a [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

6.1.2. Primar pela qualidade dos itens fornecidos e manter critérios de qualificação de fornecedores/terceiros, levando em consideração também as ações ambientais por estes realizadas.

6.1.3. Utilizar e fornecer, preferencialmente, produtos que causem menor impacto negativo ao ambiente.

6.1.4. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos.

6.1.5. Evitar desperdício.

6.1.6. Fazer uso racional de água, energia e adotar controles de nível de ruído e poluição.

6.1.7. Utilizar, preferencialmente, para transporte dos itens contratados, veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental.

6.1.8. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

6.2. **INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

6.2.1. Na presente contratação, não será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), em decorrência da não existência de um modelo padronizado do objeto no mercado, bem como da natureza do objeto, sendo um serviço de elaboração e fornecimento de material didático-pedagógico complementar, conforme as especificidades elencadas no Anexo II deste Termo de Referência.

6.3. **EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

6.3.1. Como consta do Artigo 42 da Lei federal n.º 14.133/2021: § 2º A Administração poderá, nos termos do edital de licitação, oferecer protótipo do objeto pretendido e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender à diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.

6.3.2. No Artigo 130 §1º do Decreto Distrital n.º 44.330/2023: Desde que previsto no edital, o órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas neste Termo de Referência.

6.3.3. Sendo assim, será exigida do licitante classificado em primeiro lugar, 1 amostra do material didático-pedagógico complementar de cada Etapa do 3º Segmento da modalidade EJA.

6.3.4. As amostras deverão ser entregues no formato impresso, na Sede I da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, localizada no Shopping ID, SCN, Qd. 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000 - 5º andar sala 505 - Bloco B - Bairro Asa Norte, no horário das 08h às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

6.3.5. As amostras deverão ser entregues de acordo com a legislação pertinente, após a solicitação do(a) pregoeiro(a), ao finalizar a fase de lances, sob pena de desclassificação.

6.3.6. A aprovação das amostras ocorrerá mediante análise e emissão de parecer a ser realizada pela Equipe Técnica do setor demandante desta SEEDF e terá peso quanto à decisão na escolha, por obter a expertise quanto aos documentos norteadores da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos.

6.3.7. Serão utilizados, para o julgamento de aceitabilidade da proposta de preços, os critérios objetivos detalhadamente especificados no Anexo II do Termo de Referência do Edital para avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.3.8. Será agendado pela SEEDF, no portal de compras, data e horário para a realização dos testes nas amostras e emissão de pareceres técnicos, podendo ser acompanhado pelos licitantes interessados, na condição de acompanhante.

6.3.9. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações prevista no Edital e seus Anexos, a proposta do licitante será recusada.

6.3.9.1. As amostras deverão ser apresentadas em seus invólucros originais, com etiqueta de identificação contendo:

I - Número do processo e da licitação.

II - Item Cotado e Data de Entrega.

6.3.10. Descrição do Item, Nome do Fornecedor, Representante, Correio eletrônico (e-mail) e Telefone.

6.3.11. Os proponentes que tiverem suas amostras de materiais reprovadas pelos pareceristas serão desclassificadas, devendo ser convocadas para apresentação de amostras as empresas remanescentes, conforme solicitação do (a) Pregoeiro (a).

6.3.12. A Diretoria de Educação de Jovens e Adultos emitirá parecer técnico para o item classificado no Pregão Eletrônico, após analisar as amostras apresentadas, com prazo de **até 30 dias corridos**, após a data do seu recebimento.

- 6.3.13. As amostras analisadas (reprovadas) ficarão à disposição da licitante, por no prazo **máximo de 7 dias úteis**, contados a partir da data da conclusão do processo licitatório, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação e devidamente justificado por escrito pelo licitante e de comum acordo com a CONTRATANTE.
- 6.3.14. As amostras serão abertas e analisadas quanto a especificações técnicas.

6.4. **CONSÓRCIO E SUBCONTRATAÇÃO**

- 6.4.1. A participação de consórcios de empresas no processo licitatório é permitida, mas depende da **justificação da Administração** no edital, conforme artigo 15 da Lei nº 14.133/2021. A Administração pode admitir consórcios quando entender que a união de empresas é necessária para garantir a **competitividade** do certame e o atendimento das exigências técnicas ou econômicas do objeto licitado.
- 6.4.2. Via de regra, o Administrador público autoriza a participação de consórcio, quando entende que a competitividade do certame licitatório poderá ser afetada pela inexistência ou pela escassez de empresas que, isoladamente, não teriam capacidade técnica e/ou econômica de concorrer em igualdades de condições, sendo assim necessária a união de várias empresas para atender às condições especificadas no edital.
- 6.4.3. A participação de consórcios **não será** admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.
- 6.4.4. A subcontratação **será permitida**, conforme disposto no art. 122 da Lei Federal n.º 14.133/2021, visto que possibilita a empresa contratada realizar uma subcontratação para a execução de uma parte do objeto. Assim, a empresa contratada poderá subcontratar, a fim de permitir melhores fornecedores para uma etapa do processo, o que pode resultar em uma maior eficiência e redução de custos.
- 6.4.5. A subcontratação fica limitada a 25% para o serviço de impressão do material didático-pedagógico complementar em conformidade ao § 9º, do Art. 67 da Lei n.º 14.133/2021.
- 6.4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.5. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

- 6.5.1. A critério da autoridade competente, conforme Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.
- 6.5.2. Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, será exigida da licitante vencedora a prestação de garantia no ato da assinatura do instrumento contratual no valor correspondente a 3% do montante do contrato, mediante uma das seguintes modalidades:
- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - II - seguro-garantia;
 - III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 6.5.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 6.5.4. Conforme o §3º do artigo 96 da Lei 14.133/2021, o edital fixará prazo mínimo de 1 mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do §1º deste artigo.
- 6.5.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6.6. **PROIBIÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL**

6.6.1. A contratada deve declarar que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 anos, nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013, para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (conforme [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#)), sob pena de extinção do contrato e a aplicação de multa.

6.6.2. **CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO CONTRA A MULHER**

6.7. A contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 26 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, que proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

6.8. **REGRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD**

6.8.1. A contratada deverá obedecer ao regulamentado pela Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 45.771, de 08/05/2024, sendo necessário atender às suas determinações para que esta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e seus agentes não venham a incorrer em sanções pelo descumprimento da referida Lei.

7. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

7.1.1. A CONTRATADA deverá cumprir, impreterivelmente, todas as especificidades do objeto descritas no Anexo II deste Termo.

7.1.2. A CONTRATADA deverá respeitar a legislação e as Normas Técnicas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas em relação à elaboração do material didático-pedagógico complementar.

7.1.3. A inobservância dos prazos contidos neste Termo de Referência, restando comprovado o prejuízo à CONTRATANTE, será considerada como descumprimento contratual, cabendo à Administração a aplicação das sanções cabíveis.

7.1.4. **A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

I - **Início da execução do objeto:** O início da execução do objeto é contado a partir da data de assinatura do instrumento de contrato.

7.1.5. **Cronograma de realização dos serviços:**

I - **Entrega do material didático-pedagógico complementar pela contratada:** O prazo máximo para entrega dos materiais será de até 90 dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho ou da data de assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

II - **Período de validação do material didático-pedagógico complementar pela contratante:** 60 dias corridos.

III - **Período da entrega do produto final, após a validação da Contratante:** 30 dias.

7.1.6. Em caso de prorrogação do prazo de entrega, este deverá ser comunicado à SEEDF, com antecedência mínima de 10 dias corridos da data da entrega, por escrito, justificadamente, antes de seu vencimento, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo contratual, ficando a critério da Administração a aprovação ou não.

7.2. **LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 7.2.1. O objeto deverá ser entregue acompanhado das respectivas Notas Fiscais dentro dos padrões e características estabelecidos no Contrato, se for o caso, ou da Nota de Empenho e em conformidade com a legislação vigente.
- 7.2.2. Fica a cargo do fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação do equipamento ou material do veículo até o local designado pelo servidor responsável pelo recebimento.
- 7.2.3. A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30, exceto feriados, na Gerência de Almoxarifado da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), localizada na Unidade III, Setor de Áreas Públicas (SAP), Lote “E”, Brasília/DF, CEP 71.215-000, Telefones: 3901-6095 e 3901-6094, ou outro endereço a ser informado, se for o caso.

7.3. **ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS**

- 7.3.1. A Execução contratual observará as especificações do objeto, contidas no Anexo II do presente Termo.

7.4. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 7.4.1. A demanda do órgão tem como base as informações acerca das especificidades do objeto, contida no Anexo II do presente Termo.

7.5. **GARANTIA DO SERVIÇO**

- 7.5.1. Os materiais deverão dispor de garantia mínima prevista na Lei nº 8.078/1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pelo citado normativo.
- 7.5.2. No caso de substituição do bem, o substituto terá o mesmo prazo de garantia originalmente dado ao bem substituído, a contar da data em que ocorrer a substituição.
- 7.5.3. Durante o período de garantia, a SEEDF não efetuará nenhum tipo de pagamento à CONTRATADA seja a que título for: de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão-de-obra e outros, na solução de problemas que ensejaram o acionamento de tal garantia.
- 7.5.4. A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará a obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo máximo de 15 dias corridos após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação.
- 7.5.5. Além disso, é importante que a empresa contratada cumpra integralmente com os termos da garantia oferecida, garantindo a correção de eventuais defeitos ou problemas relacionados ao serviço de elaboração e fornecimento de material didático-pedagógico complementar dentro do prazo estabelecido. Em caso de necessidade de acionamento da garantia, a CONTRATADA deverá disponibilizar um canal de atendimento ágil e eficiente para solucionar as demandas e atender prontamente às necessidades da CONTRATANTE.

8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. **CONTRATO**

- 8.1.1. O Termo de Contrato será formalizado nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidas no Edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação.
- 8.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.1.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- 8.1.4. As comunicações entre a SEE/DF e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.1.5. A SEE/DF poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.1.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.2. **PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

- 8.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantagem para a administração pública e assegurada a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.
- 8.2.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

8.3. **REAJUSTE**

- 8.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, o qual foi realizado no dia 26 de novembro de 2025.
- 8.3.2. Após o período estipulado no item anterior, qualquer alteração posterior à assinatura do Contrato, no que tange a reajuste de preço, seguirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme preconizado no artigo 3º, inciso II do Decreto Distrital nº 37.121/2016 e alterações posteriores, bem como aos termos do artigo 3º, caput e §1º da Lei nº 10.192/2001, artigo 6º, inciso LVIII da Lei nº 14.133/2021, mediante Termo Aditivo assinado entre as Partes, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme artigo 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

8.4. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 8.4.1. Proporcionar as condições necessárias e suficientes para que a empresa Contratada possa desempenhar o serviço de elaboração e fornecimento de material didático-pedagógico complementar, dentro das normas contratuais.
- 8.4.2. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação exigidos neste Termo de Referência, solicitando à Contratada as substituições que se verificarem necessárias.
- 8.4.3. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 8.4.4. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar as condições de fornecimento dos materiais e o atendimento das exigências contratuais.
- 8.4.5. Exercer a fiscalização e supervisão no fornecimento dos materiais, por servidores designados, podendo sustar ou recusar, no ato do recebimento, com a devida justificativa formal, qualquer material que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste Termo de Referência.
- 8.4.6. Notificar previamente à Contratada, quanto ao dever de substituir ou reparar material que apresente defeito e/ou da aplicação de penalidades.
- 8.4.7. Emitir Notas de Empenho para a materialização da despesa durante a vigência do Contrato.
- 8.4.8. Atestar as Notas Fiscais/Fatura após a efetiva entrega do material, objeto deste Termo de Referência, pelo fiscal responsável do contrato, comprovando a entrega do material, se constatada a conformidade com as especificações e padrões de qualidade exigidos.
- 8.4.9. Efetuar os pagamentos devidos, **no prazo máximo de 30 dias**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal ao setor responsável da SEEDF, e desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.

- 8.4.10. Notificar, por escrito, a CONTRATADA de quaisquer falhas verificadas no cumprimento deste Contrato, da aplicação de eventuais multas, da suspensão do fornecimento, da distribuição e da sustação do pagamento de quaisquer faturas.
- 8.4.11. Verificar a exatidão das informações apresentadas ao Pregoeiro(a), antes e/ou após a adjudicação/execução do contrato.
- 8.4.12. Acompanhar, fiscalizar, controlar o recebimento e os requisitos de qualificação, ficando também responsável pela validação do objeto entregue pela CONTRATADA, solicitando as substituições que se verificarem necessárias.
- 8.4.13. Fornecer a qualquer tempo mediante solicitação escrita da CONTRATADA, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir as dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos do Contrato.
- 8.4.14. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do material, objeto deste Termo de Referência.
- 8.4.15. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada ou por seus prepostos.
- 8.4.16. Respeitar aos Prazos e Condições de Prorrogação: Se prevista a possibilidade de prorrogação do contrato dos serviços de elaboração e fornecimento de material didático-pedagógico complementar, a SEEDF deve seguir os critérios e condições estabelecidos para a extensão do prazo, caso haja interesse em prosseguir com a contratação.

8.5. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.5.1. Proceder a entrega do material em perfeitas condições, de acordo com sua proposta, conforme especificações técnicas, prazo, local e demais condições constantes neste Termo de Referência.
- 8.5.2. Responsabilizar-se pelo perfeito estado do material até a entrega definitiva.
- 8.5.3. Repor ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato, caso sejam verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais utilizados, que não seja decorrente do desgaste natural ou do uso incorreto do produto, no prazo máximo de 15 dias corridos, contados da data de notificação que lhe for entregue oficialmente, respeitados os dispostos na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor)
- 8.5.4. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela SEEDF.
- 8.5.5. Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos materiais, inclusive carga e descarga, até os locais indicados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF.
- 8.5.6. Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os materiais que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades pactuadas.
- 8.5.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da SEEDF.
- 8.5.8. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do objeto fornecido.
- 8.5.9. Comunicar à SEEDF qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do objeto e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 8.5.10. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- 8.5.11. Acatar as orientações do fiscal do Contrato ou do seu substituto legal, ou do responsável pelo recebimento dos materiais, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e supervisão, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 8.5.12. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos notificados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função do fornecimento.

- 8.5.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto quando devidamente autorizada pela SEEDF.
- 8.5.14. Assumir a responsabilidade:
- I - por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saudá-lo na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.
 - II - por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que aconteçam em dependência da SEEDF.
 - III - por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
 - IV - pelos encargos fiscais e comerciais e por todas as demais despesas resultantes do fornecimento do objeto do Contrato, inclusive com viagens e hospedagens porventura necessárias à execução do mesmo.
 - V - pelo fornecimento dos materiais didático-pedagógicos complementares, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a causar ou provocar à Contratante e a terceiros, direta ou indiretamente.
 - VI - por todas as despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega e da própria aquisição do material.
- 8.5.15. Manter seus empregados devidamente identificados por meio de crachá e uniformizados quando em trabalho dentro das dependências da CONTRATANTE.
- 8.5.16. A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à SEEDF, nem poderá onerar os materiais objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a empresa renuncia a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a SEEDF.
- 8.5.17. Comunicar à SEEDF, com antecedência mínima de 05 dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, podendo solicitar a prorrogação do prazo, em que deverá apresentar justificativa circunstanciada com a nova data para a entrega do material, ficando a critério da Administração a aprovação ou não.
- 8.5.18. Fornecer os objetos do presente Termo de Referência, com observância às referências de fabricação citadas nas especificações técnicas contidas no Anexo II e dispostas em normas técnicas, resoluções, regulamentos, portarias, protocolos, decretos e demais dispositivos legais vigentes, expedidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ou Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.
- 8.5.19. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 8.5.20. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições das contratação e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes ao objeto.
- 8.5.21. Verificar se as Notas Fiscais foram corretamente atestadas pelo responsável, quando do recebimento dos materiais, contando: assinatura à caneta, número da matrícula do responsável pelo atesto, data e o carimbo da unidade recebedora do produto.
- 8.5.22. Observar as diretrizes referentes às medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, conforme estabelecido no Decreto Distrital nº 46.174, de 8 de agosto de 2024.

8.6. **ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

- 8.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.6.2. O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, designará, se for o caso, em ato publicado no DODF, 1 ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

8.6.3. O fiscal ou comissão anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos/pendências observados, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, as quais ultrapassem sua competência.

8.6.4. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

8.6.5. A fiscalização da contratação será exercida pelos fiscais do contrato, representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração no termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.6.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

8.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.2. O fiscal técnico do contrato anotar, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.8. **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

8.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do artigo 25 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

8.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do artigo 25 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

8.9. **GESTOR DO CONTRATO**

- 8.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 8.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 8.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 8.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 8.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 8.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 8.9.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 8.9.8. O gestor do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 8.9.9. O gestor do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.10. **SANÇÕES**

8.10.1. Conforme o Artigo 142, do Decreto 44.330 de 16 de março de 2023, o qual regulamenta a Lei Federal no 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133 de 2021, à Portaria 1.068, de 26 de agosto de 2024, e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e contraditório.

9. **CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

9.1. **RECEBIMENTO**

9.1.1. Não serão recebidos materiais com especificações em desacordo com as constantes deste Termo de Referência;

9.1.2. Os itens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, nos termos do artigo 27 do Decreto Distrital nº 44.330/2023 e do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, após o recebimento provisório, caso seja constatado que o material possui vício aparente o redibitório ou quando estiver em desacordo com a especificação ou a proposta, por meio de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto contratado, será interrompido o prazo de recebimento e suspenso o pagamento até que o problema seja sanado, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

9.1.5. O recebimento provisório será comprovado por Nota Fiscal de Simples Remessa ou documento equivalente, depois de satisfeitas as seguintes condições:

- a) Entrega realizada nas quantidades contratadas.
- b) Materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados.
- c) Verificação de aderência às marcas, modelos e preços constantes do instrumento contratual.

9.1.6. O prazo para **recebimento definitivo** ocorrerá em até 05 dias, contados da data de recebimento provisório do objeto, pela Contratante. O recebimento definitivo será formalizado mediante atesto na Nota Fiscal feito pelo fiscal do contrato, ou pela pessoa responsável pelo recebimento dos materiais, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.1.7. Na hipótese da verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis ao servidor omissor;

9.1.8. O material entregue com defeito ou fora das especificações deverá ser substituído no prazo máximo de 15 dias corridos após a data de comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação ficando a critério da Administração a aprovação ou não.

9.1.9. A recusa ao recebimento do material, por qualquer motivo devidamente justificado, não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando o fornecedor obrigado a retirar o material, substituí-lo ou complementar a entrega, sob pena de aplicação das penalidades disciplinares

9.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem a ética profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

9.2. LIQUIDAÇÃO

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. A Contratada emitirá a(s) Nota(s) Fiscal(is) de venda ou documento(s) equivalente(s), com indicação do mês de referência, a especificação, a quantidade, o valor unitário e o valor total de cada bem, em observância ao descrito no contrato.

9.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

9.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3. **PRAZO PARA PAGAMENTO**

9.3.1. O pagamento será realizado em até 30 dias, sendo contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais à Contratante, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento. É vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.

9.3.2. Após o prazo estipulado no item anterior, verificada ausência de pagamento por parte da Contratante, a parcela devida será reajustada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE pro rata tempore die, de acordo com o art. 3º, II do Decreto Distrital nº 37.121/2016 e alterações posteriores.

9.4. **FORMA DE PAGAMENTO**

9.4.1. O pagamento será efetuado de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços e após atesto pelo gestor do Contrato.

9.4.2. Para efeito de pagamento, a contratada deverá apresentar, junto com os documentos fiscais, os demais documentos relacionados abaixo:

- CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF.
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS.
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO AO GDF.

9.4.3. Os pagamentos de despesas somente serão efetivados após sua regular liquidação e emissão de Previsão de Pagamento – PP, conforme o previsto no artigo 63, do Decreto nº 32.598, de 15 de Dezembro de 2010.

9.4.4. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente (gestor ou fiscal do contrato), do documento de cobrança apresentado pela contratada.

9.4.5. O pagamento será realizado por meio de faturas/GRU no valor dos serviços efetivamente executado.

9.4.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 9.4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.4.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 9.4.9. Não será efetuado pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 9.4.10. Em hipótese alguma será objeto de instrução processual documento fiscal emitido em desacordo com as especificações contratuais deste Termo de Referência.
- 9.4.11. Todos os pagamentos serão realizados em estrita observação à instrução dos autos, descontando do valor total da fatura eventuais glosas apontadas pelos fiscais do contrato.
- 9.4.12. O pagamento será realizado em tantas parcelas quantas necessárias, conforme parcelamento das entregas.
- 9.4.13. Por força do Decreto Distrital 32.767/2011 e alterações posteriores, as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00, os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB.
- 9.4.14. Excluem-se das disposições do art. 6º do Decreto nº 32.767, de 17/02/2011:
- I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal.
 - II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.
 - III - Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais ou representações no Distrito Federal e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.
- 9.4.15. Nos termos do art. 61 do Decreto nº 32.598/2010 alterado pelos Decretos 37.815/2016 e 44.330/2023, para liquidação da despesa, é indispensável constar do processo:
- a) Nota de empenho.
 - b) Atestado de recebimento do material, de prestação do serviço ou de execução da obra, emitido por agente credenciado, na primeira via do documento fiscal, salvo nos casos previstos no §1º do artigo 64 e no caso de o processo ter sido iniciado por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.
 - c) Termo circunstanciado que comprove o recebimento do serviço ou a execução da obra, nos termos da alínea "b" do inciso I do artigo 140 da Lei nº 14.133, de 2021, emitido por agente ou comissão designada pela autoridade competente.
 - d) Data, nome por extenso, em carimbo ou letra de forma, número de matrícula e cargo ou função, sob as assinaturas dos servidores que os instruírem o processo; e
 - e) Documento eletrônico, atestando a prestação do serviço relativo a um ou mais documentos fiscais, assinado por servidor ou comissão designado para tal ato, nos casos de os processos terem sido iniciados por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

9.5. **CESSÃO DE CRÉDITO**

- 9.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 9.5.2. As cessões de crédito não abrangidas pela IN SEGES/ME nº 53/2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 9.5.3. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela IN SEGES/ME nº 53/2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.5.4. Sem prejuízo do regular atendimento a obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nos termos o Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.5.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções a pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (IN SEGES/ME nº 53/2020 Anexos).

9.5.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob integral responsabilidade do Contratado.

10. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

10.1. **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - **menor preço**;

II - maior desconto;

(...)

Art. 114. O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de **menor preço** ou o de maior desconto.

10.2. **ADJUDICAÇÃO**

10.2.1. A adjudicação do objeto será por **LOTE** à vencedora do certame.

10.2.2. Em atendimento ao disposto no §2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, a estruturação do objeto foi realizada por meio do agrupamento dos itens em três lotes distintos, correspondentes, respectivamente, à 1ª, 2ª e 3ª etapas do 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos.

10.2.3. A adoção de adjudicação por lote, e não por item, justifica-se tecnicamente pela necessidade de garantir a execução integral e padronizada de cada etapa, considerando que a fragmentação por itens poderia gerar múltiplos fornecedores, ocasionando diferenças metodológicas, de qualidade e de cronograma, o que comprometeria a coerência pedagógica e a efetividade do programa.

10.2.4. No aspecto pedagógico, a uniformidade dos materiais didáticos, recursos complementares e metodologias aplicadas é fundamental para assegurar a continuidade do processo de ensino-aprendizagem, evitando discrepâncias que possam prejudicar a assimilação dos conteúdos pelos estudantes. A contratação unificada por lote permite que todos os materiais de cada etapa mantenham a mesma abordagem visual, terminológica e de conteúdo, garantindo a padronização necessária para o desenvolvimento educacional previsto.

10.2.5. Além disso, a execução unificada por lote possibilita melhor coordenação logística, reduz a complexidade de fiscalização e assegura que todas as entregas e serviços relativos a cada etapa sejam compatíveis e integrados, maximizando a economicidade e a eficiência administrativa. Tal medida também mitiga riscos de atrasos e falhas na execução decorrentes de contratos simultâneos com diferentes fornecedores para um mesmo conjunto de atividades.

10.3. **REGIME DE EXECUÇÃO**

10.3.1. O regime de execução do contrato será por preço unitário, conforme bens e serviços especificados em cada lote.

10.4. **EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO**

10.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.4.1.1. **Habilitação jurídica:**

I - **Empresas submetidas a recuperação judicial poderão participar do certame**, desde que demonstrem viabilidade econômica e apresentem plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo judiciário, conforme preceitua as **decisões do TCDF nº 596/2024, 1.212/2024, 1.469/2024**.

II - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

III - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

IV - **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

V - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

VI - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

VII - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

VIII - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.4.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.3. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

10.4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.4.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;.

10.4.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.4.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.4.4. **Qualificação técnico-operacional**

10.4.4.1. Para fins de Habilitação, a empresa licitante deverá comprovar a sua Qualificação Técnica, apresentando, no mínimo 1 atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que forneceu o fornece itens compatíveis em características, quantidades e prazos ao objeto dessa licitação (material didático-pedagógico complementar) e que contenham, no **mínimo, 20% do total do lote** que a empresa licitante pretende participar, nos termos do artigo 67, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

10.4.4.2. Em observância ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade, e em conformidade com o art. 67, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de qualificação técnico foi dimensionada considerando apenas o quantitativo estimado para um período de 12 meses de execução contratual, conforme os quantitativos apresentados referentes ao ano de 2026, no item 12.4, tabela 1, total 2026.

10.4.4.3. A adoção desse critério tem como finalidade assegurar que os licitantes demonstrem capacidade técnica compatível com a demanda anual, evitando a imposição de requisitos excessivos que possam restringir indevidamente a competitividade. Assim, o atestado de capacidade técnica deverá comprovar experiência anterior na execução de objeto de natureza e complexidade semelhantes, em volume equivalente ao consumo previsto para um ano, o que é suficiente para atestar a aptidão da empresa à plena execução do contrato.

10.4.4.4. Tal delimitação também considera que a execução contratual se dará de forma parcelada ao longo de sua vigência, e não de maneira integral e imediata, o que reforça a adequação de se exigir a comprovação técnica apenas para o volume correspondente a um exercício anual. Dessa forma, preserva-se o equilíbrio entre a segurança da contratação e a ampliação da participação de potenciais fornecedores, em alinhamento aos princípios da isonomia, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021

10.4.4.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.4.4.6. A exigência pela apresentação de atestados técnicos no percentual descrito no anterior se faz necessária para resguardar a Administração Pública no sentido de garantir a execução do contrato e, conseqüentemente, atender às demandas da SEEDF, e tal exigência não compromete a competitividade do certame.

10.4.4.7. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter nome, endereço e telefone do contato do atestador.

10.4.4.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.4.4.9. Para fins de diligência a CONTRATANTE poderá solicitar a apresentação de Notas de Empenho e/ou Notas Fiscais de Entidades Públicas e Privada.

10.4.5. **Qualificação Econômico Financeira**

10.4.5.1. A exigência da qualificação econômico-financeira é essencial para avaliar a saúde financeira das empresas em processos seletivos e garantir que elas tenham capacidade de cumprir com os compromissos assumidos, atendendo as especificidades do objeto da pretensa aquisição. Essa prática reduz riscos de inadimplência e interrupção de serviços, assegurando continuidade e qualidade nos serviços prestados. Além disso, promove um ambiente de competição saudável, incentivando a participação de empresas realmente capacitadas e beneficiando a sustentabilidade e eficiência dos recursos para a administração pública.

10.4.5.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.4.5.3. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

10.4.5.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais, comprovando:

I - índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

10.4.5.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

- 10.4.5.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 anos.
- 10.4.5.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.4.5.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] ou [patrimônio líquido mínimo] de 5% valor total estimado da parcela pertinente.
- 10.4.5.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 10.4.5.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 10.4.5.11. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971.
- 10.4.5.12. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
- 10.4.5.13. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.
- 10.4.5.14. O registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107.
- 10.4.5.15. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.
- 10.4.5.16. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
 - g) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. TRATAMENTO ÀS ENTIDADES PREFERENCIAIS

11.1. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

11.1.1. Quanto à previsão do benefício da Cota Reservada, previsto na Lei Distrital nº 4.611/2011, que regulamenta, no Distrito Federal, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, esclarecemos que tal dispositivo **não poderá** ser aplicado ao objeto deste Termo de Referência, tendo em vista que sua observância acarretaria fracionamento do objeto pleiteado e consequente prejuízo em sua execução e na qualidade almejada.

11.1.2. Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais adequado para promover a maior vantagem para a Administração.

12. METODOLOGIA DE CÁLCULO

12.1. O 3º segmento da modalidade EJA da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal é composto por três etapas (1ª, 2ª e 3ª etapas), que correspondem aos 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, conforme quadro a seguir:

| Segmento na EJA | Correspondência | Etapas na EJA |
|-----------------|-----------------|---------------|
| 3º segmento | Ensino Médio | 1ª a 3ª |

12.2. A pretensa aquisição do material didático-pedagógico complementar para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está alinhada ao Plano Distrital de Educação (PDE - 2015-2024) que, na Estratégia 9.5 remete à garantia de material didático adequado ao processo educativo, considerando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, bem como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), que em seu objetivo 4: Educação de qualidade estabelece: *"Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos."* Portanto, a aquisição do referido material didático-pedagógico complementar é imprescindível para garantir o acesso, a permanência, a qualidade da Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

12.3. A quantidade do material didático-pedagógico complementar proposto abrangerá os anos de 2026 e 2027 e teve como base de cálculo o total de estudantes matriculados no 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos (1ª, 2ª e 3ª etapas), conforme dados do Censo Escolar DF 2024 (179052735). Em decorrência de a oferta da modalidade EJA ser semestral e a pretensa aquisição atender os estudantes nos anos de 2026 e 2027, considera-se a seguinte fórmula:

| ANO | FÓRMULA |
|------|---|
| 2026 | nº de matrículas, por etapa, do 3º segmento (EJA Presencial, EaD e EJA Combinada) x 2 semestres letivos + 10% de reserva técnica = quantitativo do material didático-pedagógico por etapa |
| 2027 | Quantitativo do material didático-pedagógico adquirido em 2026 por etapa do 3º segmento + 10% de reserva técnica |

12.4. Dessa forma, reforça-se que para aquisição do material a ser utilizado durante os anos de 2026 e 2027, foi considerado o número de matrículas do Censo 2024. Tendo em vista a projeção de novas matrículas, uma vez que as matrículas na modalidade EJA ocorrem a qualquer momento, para o cálculo do quantitativo de material a ser adquirido para o ano de 2027, foi considerado o total de material didático-pedagógico complementar no ano anterior (2026), com acréscimo de 10%, conforme descrito na tabela abaixo:

Tabela 1

Quantidade do material didático-pedagógico complementar (2026 e 2027)

| Quantidade do material didático-pedagógico complementar 2026 | | | | |
|--|---|-------------------|--|------------|
| ANO | MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO COMPLEMENTAR | UNIDADE DE MEDIDA | MEMÓRIA DE CÁLCULO nº matrículas x 2 semestres letivos + 10% de reserva técnica= quantidade | QUANTIDADE |
| 2026 | Livro didático 3º segmento - 1ª etapa | Unid. | 3.918 x 2 +10% = | 8.620 |
| | Livro didático 3º segmento - 2ª etapa | Unid. | 4.171 x 2 +10% = | 9.176 |
| | Livro didático 3º segmento - 3ª etapa | Unid. | 3.664 x 2 +10% = | 8.061 |

| Total 2026 | | | | 25.857 |
|--|---|-------------------|---|------------|
| Quantidade do material didático-pedagógico complementar 2027 | | | | |
| ANO | MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO COMPLEMENTAR | UNIDADE DE MEDIDA | MEMÓRIA DE CÁLCULO 2026 + 10% de reserva técnica= quantidade | QUANTIDADE |
| 2027 | Livro didático 3º segmento - 1ª etapa | Unid. | 8.620 + 10% = | 9.482 |
| | Livro didático 3º segmento - 2ª etapa | Unid. | 9.176 + 10% = | 10.094 |
| | Livro didático 3º segmento - 3ª etapa | Unid. | 8.061 + 10% = | 8.867 |
| | Total 2027 | | | 28.443 |
| | Total geral (2026 + 2027) | | | 54.300 |

| Segmento na EJA /Etapa | Quantidade 2026 | Quantidade 2027 | Quantidade Total 2026 + 2027 |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|---------------------------------|
| 3º segmento - 1º Etapa (Lote 1) | 8.620 | 9.482 | 18.102 |
| 3º segmento - 2º Etapa (Lote 2) | 9.176 | 10.094 | 19.270 |
| 3º segmento - 3º Etapa (Lote 3) | 8.061 | 8.867 | 16.928 |

12.5. Assim, o quantitativo total de material didático-pedagógico complementar a ser adquirido pela pretensa aquisição, para atender os estudantes da EJA, em 2026 e 2027, corresponderá a aproximadamente **54.300 materiais didáticos-pedagógicos complementares**, conforme indicado na planilha de formação de custos, constantes no anexo I deste Termo de Referência.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. A estimativa do valor da pretensa contratação será de **R\$ 15.945.738,00 (quinze milhões, novecentos e quarenta e cinco mil setecentos e trinta e oito reais)**, acompanhadas dos preços unitários referenciais, bem como as memórias de cálculo e dos documentos utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos foi realizada pela CONTRATANTE, por meio da Gerência de Pesquisas de Preços - GPESQ (187808594), com base em pesquisa de preços de mercado, e de acordo com a Planilha de Formação de Custos e Quantidades - ANEXO I deste Termo de Referência.

13.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência correrão à conta de recursos específicos a serem autorizados pela Subsecretaria de Administração Geral (SUAG) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, de acordo com o Plano de Contratações Anual ou outros instrumentos de planejamento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

14.2. O orçamento será indicado em momento oportuno provenientes de recursos local e/ou federal, conforme preconiza o parágrafo único do artigo 189 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, que no caso do Sistema de Registro de Preços, a indicação de dotação orçamentária somente será exigida no ato da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

15. FISCALIZAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

15.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção por meio do telefone 0800-6449060, conforme Decreto Distrital nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

16. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO TERMO REFERÊNCIA

16.1. Integram o presente Termo Referência, como partes indissolúveis:

Anexo I - Planilha de Formação de Custos e Quantitativos;

Anexo II - Das especificações do objeto.

Anexo III - Informações Para Elaboração da Ata de Registro de Preços.

APROVO tecnicamente o presente Termo de Referência e seus anexos.

Nos termos do §3º, do Art. 71º, do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, o qual regulamenta a [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, **APROVO** o Termo de Referência e seus Anexos, elaborados com base no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, o qual motiva a necessidade de contratação de empresa especializada na elaboração e fornecimento de material didático-pedagógico complementar para atender os estudantes matriculados no 3º Segmento da Educação e Jovens e Adultos (EJA), correspondente ao Ensino Médio, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela.

IÊDES SOARES BRAGA

Subsecretária de Educação Básica

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E QUANTITATIVOS

| LOTE 1 (3º Segmento - 1ª etapa) | | | | | | |
|---------------------------------|---------------------------------------|--------|------------|-------|----------------|------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CATSER | QUANTIDADE | UN | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | Livro didático 3º segmento - 1ª etapa | 19275 | 18.102 | Unid. | R\$ 293,66 | R\$ 5.315.833,32 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | | | R\$ 5.315.833,32 |
| LOTE 2 (3º Segmento - 2ª etapa) | | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CATSER | QUANTIDADE | UN | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 2 | Livro didático 3º segmento - 2ª etapa | 19275 | 19.270 | Unid. | R\$ 293,66 | R\$ 5.658.828,20 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | | | R\$ 5.658.828,20 |
| LOTE 3 (3º Segmento - 3ª etapa) | | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CATSER | QUANTIDADE | UN | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 3 | Livro didático 3º segmento - 3ª etapa | 19275 | 16.928 | Unid. | R\$ 293,66 | R\$ 4.971.076,48 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | | | R\$ 4.971.076,48 |
| VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO | | | | | | R\$15.945.738,00 |

Observação: Valores de Custo Unitário Estimado com base em pesquisa de preços de mercado realizadas e fornecidos pela Gerência de Pesquisa de Preços (Gpesq), conforme documento SEI nº 187808594

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Especificações gerais:

- Os materiais didáticos-pedagógicos complementares deverão estar em consonância com as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT).
- Os materiais didáticos-pedagógicos complementares deverão estar em consonância com a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).
- Cada livro didático-pedagógico complementar deverá conter entre 500 a 700 páginas.
- Quanto ao uso da linguagem e imagem nas produções, a Contratada deverá considerar o perfil dos estudantes da modalidade EJA, de modo que o material estabeleça um diálogo com a realidade dos estudantes da EJA, não podendo ser infantilizado, bem como deve estar em consonância com a prática docente.
- Deverá a Contratada, no uso de imagens, símbolos e identidade visual da Administração Pública do Distrito Federal, orientar-se pelo disposto na Lei Distrital nº 5.483, de 21 de maio de 2015.
- A referência ao(s) nome(s) do(s) autor(es), que constitui um direito moral deste(s), será respeitada sempre que as referidas obras forem veiculadas ou utilizadas.
- Os materiais didáticos-pedagógicos complementares deverão ser impressos.
- Os materiais didáticos-pedagógicos complementares deverão ter as seguintes composições:

Da estrutura editorial:**Na Primeira Capa:**

- a. Título do livro e a logomarca da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF.
- b. Segmento e etapa da Educação de Jovens e Adultos correspondente.
- c. Nome(s) do(s) autor(es) e/ou pseudônimo(s), nome do organizador ou editor responsável, claramente identificado como pessoa física.
- d. Área de Conhecimento e seus respectivos Componentes Curriculares.
- e. Nome do Editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo);

- Na Segunda Capa:

- a. Não deve conter texto ou ilustração.
- b. Título do livro, informações da cidade e ano.
- c. Componentes Curriculares.

- Na Terceira Capa:

- a. Ficha com os nomes dos setores da SEEDF: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Subsecretaria de Educação Básica, Unidade de Gestão Articuladora da Educação Básica, Diretoria de Educação de Jovens e Adultos; Equipe técnica.
- b. Revisão Final.

- Apresentação;**- Sumário.****- Programação visual e diagramação.****- No Miolo:**

- a. Não conter textos ou qualquer outro elemento que identifique o editor, o autor, o organizador, o editor responsável, o título do livro.

- Formato das obras didáticas impressas:

205 mm x 275 mm, com desvio de até mais ou até menos 3 mm.

Papel das obras didáticas em formato impresso:

Capa: Papel cartão triplex ou similar branco de gramatura entre 240 a 350 g/m² nominais - ABNT NBR NM ISO 536, com tolerância de acordo com a norma ABNT NBR 5339;

Alvura mínima de 78,0% - ABNT NBR NM ISO 2470;

Triplex: Rigidez longitudinal mínima de 80 mN para gramatura nominal de 240 g/m² e mínima de 200 mN para gramatura nominal de 350 g/m² e proporcional para gramaturas intermediárias; rigidez transversal mínima de 35 mN para gramatura nominal de 240 g/m² e mínima de 90 mN para gramatura nominal de 350 g/m² e proporcional para gramaturas intermediárias (ABNT NBR NM ISO 2493);

Espessura mínima de 295 µm para gramatura nominal de 240 g/m² e mínima de 418 µm para gramatura nominal de 350 g/m² e proporcional para gramaturas intermediárias - ABNT NBR NM ISO 534.

Miolo:

Papel branco de pasta química ou pasta de alto rendimento de gramatura nominal de 75 g/m² com tolerância de até ± 4 % - ABNT NBR NM ISO 536 e ABNT NBR 5339.

Alvura mínima de 85,0% - ABNT NBR NM ISO 2470.

Opacidade mínima de 87,5% - ABNT NBR NM ISO 2471.

Espessura mínima de 89,0 µm - ABNT NBR NM ISO 534.

Revestimento:

Capa: revestido na frente, laminação brilho ou envernizado com verniz UV.

Para livros com mais de 160 e até 700 páginas de miolo: a. Miolo costurado com linha, ou “falsa/termo costura”, ou costura de cola, ou colagem PUR.

Os materiais didático-pedagógicos devem ser elaborados com base nos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social.

Orientações específicas:

- Os materiais didáticos - pedagógicos complementares a serem elaborados deverão ser dialógicos, reflexivos e possibilitar o trabalho pedagógico integrado, contextualizado e interdisciplinar, considerando as especificidades dos sujeitos da EJA, o perfil dos estudantes trabalhadores e a necessidade de sua formação integral, com vistas à sua (re)inserção ao mundo do trabalho.

- Os materiais didático-pedagógicos de todas as etapas/segmentos da EJA devem ser compostos de linguagem e imagens adequadas ao público jovem adulto e idoso, em sua grande maioria trabalhadores.

- **Não utilizar termos e imagens do universo infantil** nos materiais didático-pedagógicos complementares.

- A elaboração dos materiais didáticos-pedagógicos complementares terão como base os documentos normativos da SEEDF, tais quais:

- [Pressupostos Teóricos do Currículo da Educação Básica \(SEEDF, 2014\), com ênfase aos Eixos Transversais do currículo em movimento da Educação Básica da SEEDF \(2014\) - Pressupostos teóricos: Educação para a diversidade, cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos.](#)
- [Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal \(SEEDF, 2014\), os quais fundamentam-se na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural.](#)

| ITEM | CATSER | EIXOS INTEGRADORES | ÁREAS DO CONHECIMENTO/COMPONENTES CURRICULARES |
|---------------------------------------|--------|---------------------------------|---|
| Livro didático 3º segmento - 1ª etapa | 19275 | Trabalho, cultura e tecnologia. | Exemplar único com todas as 04 áreas do conhecimento e seus respectivos componentes, conforme descrito abaixo: Área do conhecimento: Matemática Área do conhecimento: Linguagens e Códigos Componentes Curriculares: Língua Portuguesa, Educação Física e Arte. Área do conhecimento: Ciências da Natureza Componentes Curriculares: Química, Biologia e Física. Área do conhecimento: Ciências Humanas Componentes Curriculares: História, Geografia, Filosofia e Sociologia. |
| Livro didático 3º segmento - 2ª etapa | 19275 | Trabalho, cultura e tecnologia. | Exemplar único com todas as 04 áreas do conhecimento e seus respectivos componentes, conforme descrito abaixo: Área do conhecimento: Matemática Área do conhecimento: Linguagens e Códigos Componentes Curriculares: Língua Portuguesa, Educação Física e Arte. Área do conhecimento: Ciências da Natureza Componentes Curriculares: Química, Biologia e Física. Área do conhecimento: Ciências Humanas |

| | | | |
|---------------------------------------|-------|---------------------------------|---|
| | | | Componentes Curriculares: História, Geografia, Filosofia e Sociologia. |
| Livro didático 3º segmento - 3ª etapa | 19275 | Trabalho, cultura e tecnologia. | Exemplar único com todas as 04 áreas do conhecimento e seus respectivos componentes, conforme descrito abaixo: Área do conhecimento: Matemática Área do conhecimento: Linguagens e Códigos Componentes Curriculares: Língua Portuguesa, Educação Física e Arte. Área do conhecimento: Ciências da Natureza Componentes Curriculares: Química, Biologia e Física. Área do conhecimento: Ciências Humanas Componentes Curriculares: História, Geografia, Filosofia e Sociologia. |

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA
INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

| | | | |
|-----------------------------|------------------|-----------------|-------------|
| Empresa: | CNPJ: | | |
| Inscrição Estadual: | Banco: | Agência: | C.C: |
| Telefone: | Endereço: | | |
| E-mail: | CEP: | | |
| Representante legal: | RG: | CPF: | |

* informações devem ser entregues pelo licitante no ato da habilitação.

(APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ID. 188748438)

ANEXO II DO EDITAL
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 00080-00009578/2024-19_)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/____, QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) _____ E _____ O Distrito Federal / Autarquia _____ / Fundação _____, (utilizar a menção ao Distrito Federal somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) _____ (órgão contratante), com sede no(a) _____, na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado(a) pelo(a) _____ (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº _____, de _____ de _____ de 20____, publicada no DOU de _____ de _____ de _____, portador da Matrícula Funcional nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º ____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na elaboração e fornecimento de material didático-pedagógico complementar, por meio do Sistema de Registro de Preços, para atender os estudantes matriculados no 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), correspondente ao Ensino Médio, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| ... | | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantagem para a administração pública e assegurada a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A subcontratação será permitida, conforme disposto no art. 122 da Lei Federal n.º 14.133/2021, visto que possibilita a empresa contratada realizar uma subcontratação para a execução de uma parte do objeto. Assim, a empresa contratada poderá subcontratar, a fim de permitir melhores fornecedores para uma etapa do processo, o que pode resultar em uma maior eficiência e redução de custos.

4.2. A subcontratação fica limitada a 25% para o serviço de impressão do material didático-pedagógico complementar em conformidade ao § 9º, do Art. 67 da Lei n.º 14.133/2021.

4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, o qual foi realizado no dia 26 de novembro de 2025.

7.1.1. Após o período estipulado no item anterior, qualquer alteração posterior à assinatura do Contrato, no que tange a reajuste de preço, seguirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme preconizado no artigo 3º, inciso II do Decreto Distrital nº 37.121/2016 e alterações posteriores, bem como aos termos do artigo 3º, caput e §1º da Lei nº 10.192/2001, artigo 6º, inciso LVIII da Lei nº 14.133/2021, mediante Termo Aditivo assinado entre as Partes, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme artigo 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. Proporcionar as condições necessárias e suficientes para que a empresa Contratada possa desempenhar o serviço de elaboração e fornecimento de material didático-pedagógico complementar, dentro das normas contratuais.

8.2. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação exigidos no Termo de Referência, solicitando à Contratada as substituições que se verificarem necessárias.

8.3. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

8.4. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar as condições de fornecimento dos materiais e o atendimento das exigências contratuais.

8.5. Exercer a fiscalização e supervisão no fornecimento dos materiais, por servidores designados, podendo sustar ou recusar, no ato do recebimento, com a devida justificativa formal, qualquer material que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas no Termo de Referência.

8.6. Notificar previamente à Contratada, quanto ao dever de substituir ou reparar material que apresente defeito e/ou da aplicação de penalidades.

8.7. Emitir Notas de Empenho para a materialização da despesa durante a vigência do Contrato.

8.8. Atestar as Notas Fiscais/Fatura após a efetiva entrega do material, objeto do Termo de Referência, pelo fiscal responsável do contrato, comprovando a entrega do material, se constatada a conformidade com as especificações e padrões de qualidade exigidos.

8.9. Efetuar os pagamentos devidos, **no prazo máximo de 30 dias**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal ao setor responsável da SEEDF, e desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.

8.10. Notificar, por escrito, a CONTRATADA de quaisquer falhas verificadas no cumprimento deste Contrato, da aplicação de eventuais multas, da suspensão do fornecimento, da distribuição e da sustação do pagamento de quaisquer faturas.

8.11. Verificar a exatidão das informações apresentadas ao Pregoeiro(a), antes e/ou após a adjudicação/execução do contrato.

8.12. Acompanhar, fiscalizar, controlar o recebimento e os requisitos de qualificação, ficando também responsável pela validação do objeto entregue pela CONTRATADA, solicitando as substituições que se verificarem necessárias.

- 8.13. Fornecer a qualquer tempo mediante solicitação escrita da CONTRATADA, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir as dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos do Contrato.
- 8.14. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do material, objeto do Termo de Referência.
- 8.15. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada ou por seus prepostos.
- 8.16. Respeitar aos Prazos e Condições de Prorrogação: Se prevista a possibilidade de prorrogação do contrato dos serviços de elaboração e fornecimento de material didático-pedagógico complementar, a SEEDF deve seguir os critérios e condições estabelecidos para a extensão do prazo, caso haja interesse em prosseguir com a contratação.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

- 9.1. Proceder a entrega do material em perfeitas condições, de acordo com sua proposta, conforme especificações técnicas, prazo, local e demais condições constantes no Termo de Referência.
- 9.2. Responsabilizar-se pelo perfeito estado do material até a entrega definitiva.
- 9.3. Repor ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato, caso sejam verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais utilizados, que não seja decorrente do desgaste natural ou do uso incorreto do produto, no prazo máximo de 15 dias corridos, contados da data de notificação que lhe for entregue oficialmente, respeitados os dispostos na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor)
- 9.4. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela SEEDF.
- 9.5. Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos materiais, inclusive carga e descarga, até os locais indicados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF.
- 9.6. Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os materiais que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades pactuadas.
- 9.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da SEEDF.
- 9.8. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do objeto fornecido.
- 9.9. Comunicar à SEEDF qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do objeto e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 9.10. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- 9.11. Acatar as orientações do fiscal do Contrato ou do seu substituto legal, ou do responsável pelo recebimento dos materiais, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e supervisão, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 9.12. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos notificados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função do fornecimento.
- 9.13. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto quando devidamente autorizada pela SEEDF.
- 9.14. Assumir a responsabilidade:
- I - por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saudá-lo na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.
 - II - por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que aconteçam em dependência da SEEDF.

- III - por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- IV - pelos encargos fiscais e comerciais e por todas as demais despesas resultantes do fornecimento do objeto do Contrato, inclusive com viagens e hospedagens porventura necessárias à execução do mesmo.
- V - pelo fornecimento dos materiais didático-pedagógicos complementares, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a causar ou provocar à Contratante e a terceiros, direta ou indiretamente.
- VI - por todas as despesas com embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega e da própria aquisição do material.

- 9.15. Manter seus empregados devidamente identificados por meio de crachá e uniformizados quando em trabalho dentro das dependências da CONTRATANTE.
- 9.16. A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à SEEDF, nem poderá onerar os materiais objeto do Termo de Referência, razão pela qual a empresa renuncia a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a SEEDF.
- 9.17. Comunicar à SEEDF, com antecedência mínima de 05 dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, podendo solicitar a prorrogação do prazo, em que deverá apresentar justificativa circunstanciada com a nova data para a entrega do material, ficando a critério da Administração a aprovação ou não.
- 9.18. Fornecer os objetos do Termo de Referência, com observância às referências de fabricação citadas nas especificações técnicas contidas no Anexo II do Termo de Referência e dispostas em normas técnicas, resoluções, regulamentos, portarias, protocolos, decretos e demais dispositivos legais vigentes, expedidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ou Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.
- 9.19. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 9.20. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições das contratação e das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes ao objeto.
- 9.21. Verificar se as Notas Fiscais foram corretamente atestadas pelo responsável, quando do recebimento dos materiais, contando: assinatura à caneta, número da matrícula do responsável pelo atesto, data e o carimbo da unidade recebedora do produto.
- 9.22. Observar as diretrizes referentes às medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, conforme estabelecido no Decreto Distrital nº 46.174, de 8 de agosto de 2024.
- 9.23. **Responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração de ACT/CCT vinculada à proposta da CONTRATADA** em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

- 10.1. A critério da autoridade competente, conforme Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.
- 10.2. Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, será exigida da licitante vencedora a prestação de garantia no ato da assinatura do instrumento contratual no valor correspondente a 3% do montante do contrato, mediante uma das seguintes modalidades:
- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

- 10.2.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 10.2.2. Conforme o §3º do artigo 96 da Lei 14.133/2021, o edital fixará prazo mínimo de 1 mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do §1º deste artigo.
- 10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 10.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 10.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 10.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 10.5.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 10.5.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 10.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
 - 10.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.10. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 10.11. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 10.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 10.12.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
 - 10.12.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
 - 10.12.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/1019), não manter a proposta ou o lance em especial quando:
 - 11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- 11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.5. Fraudar a licitação;
- 11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;
 - 11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. Advertência;
 - 11.2.2. Multa;
 - 11.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
 - 11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que ver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. Os procedimentos para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas a licitantes e contratados no âmbito da SEEDF, devem estar de acordo com a Portaria Nº 1.068, de 26 de agosto de 2024.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133,

de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16.1.1. A eficácia do contrato fica condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP, no prazo de até 20 dias úteis.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos da Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 44.330/2023, de 16/04/2023. Com promete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: _____ Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV DO EDITAL

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

MODELO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO V DO EDITAL

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº: ____/20__

PROCESSO nº: _____.

PREGÃO nº: ____/20__

VALIDADE: ____ (_____) meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Secretaria/Órgão _____, localizada no _____, _____, o Secretário/Presidente de _____, _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica nº ____/2023, Processo SEI nº____, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA I - DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de _____, especificado(s) no Termo de Referência, ANEXO I deste Edital de Licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
- 1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição ou contratação em Unidades de acordo com suas necessidades.

2. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| | | | |
|--|-------------|----------|------|
| EMPRESA: (CAIXA ALTA, SEM NEGRITO) | | CNPJ: | |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL: | BANCO: | AGÊNCIA: | C.C: |
| TELEFONE COM DDD: | ENDEREÇO: | | |
| E-MAIL: | CEP: | | |
| REPRESENTANTE LEGAL: (CAIXA ALTA, SEM NEGRITO) | RG: -SSP/XX | CPF: | |

| EMPRESA (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | | | |
|--|---------------|-------|-------------------------------|---------|------------|----------------|------------------------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | MODELO (se exigido no Edital) | Unidade | Quantidade | Valor unitário | Prazo (garantia ou validade) |
| | | | | | | | |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **CLÁUSULA III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá à SEE-DF, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições contidas no Art. 192 do Decreto-DF 44.330/2023.

4. **CLÁUSULA IV - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Caso autorizado, durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7. Dos limites para as adesões:

4.7.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. CLÁUSULA V - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.18 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.14.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 5.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.14.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.14.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

- 5.16. O registro a que se refere o item 5.14. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.14.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
 - 5.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

6. CLÁUSULA VI - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- 6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021
- 6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- 6.5.1. A possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
 - 6.5.2. A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
 - 6.5.3. Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 6.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 6.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.
- 6.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 6.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 6.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.

6.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.13. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

6.13.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

6.13.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7. CLÁUSULA VII - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1 e no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA VIII - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor
- 8.1.1. For liberado pela Administração Pública;
 - 8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
 - 8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 8.1.4. Sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.5. Não aceitar o preço revisado pela Administração;
- 8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
- 8.2.1. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;
 - 8.2.2. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- 8.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

9. CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 9.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 9.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 9.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CLÁUSULA X - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Nota de Empenho, conforme condições estabelecidas em edital.

11. CLÁUSULA XI - CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em _____ vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).
- 11.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

| | |
|-----------------------|--------------------|
| _____ | _____ |
| Autoridade Competente | Licitante vencedor |
| Testemunhas: | |

| | | | | | | | | | | |
|-----------------|--------------------|---------------|----------|------------------------------|---------------|---------|---------------|----------------|----------------|--|
| PREGÃO Nº /20__ | | | | ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº | | | | | | |
| 1º LUGAR | | | | | | | | | | |
| EMPRESA | | | | | | | | | | |
| CGC/CNPJ | | INSC ESTADUAL | | BANCO | | AGÊNCIA | | CONTA-CORRENTE | | |
| TELEFONE | | | ENDEREÇO | | | | | | | |
| SÓCIO-DIRETOR | | | | RG | | CPF | | | | |
| SÓCIO-DIRETOR | | | | RG | | CPF | | | | |
| 1º LUGAR | | | | | | | | | | |
| ITEM | QTD ESTIMADA ANUAL | CÓDIGO SES | | UN | QTD EMBALAGEM | POR | ESPECIFICAÇÃO | | VALOR UNITÁRIO | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|--|--|-----------|--|-------|--|------------------------------|--|
| PROCESSO Nº | | PREGÃO Nº | | /20__ | | ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº | |
| 2º LUGAR E DEMAIS LUGARES (indicada para os licitantes que aceitarem cotar preços iguais ao do vencedor) | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | |
|---------------|--------------------|--|------------|---------------|----------|-------------------|--|---------------|---------|--|----------------|--|
| EMPRESA | | | | | | | | | | | | |
| CGC/CNPJ | | | | INSC ESTADUAL | | BANCO | | | AGÊNCIA | | CONTA-CORRENTE | |
| TELEFONE | | | | | ENDEREÇO | | | | | | | |
| SÓCIO-DIRETOR | | | | | | RG | | | CPF | | | |
| SÓCIO-DIRETOR | | | | | | RG | | | CPF | | | |
| 1º LUGAR | | | | | | | | | | | | |
| ITEM | QTD ESTIMADA ANUAL | | CÓDIGO SES | | UN | QTD POR EMBALAGEM | | ESPECIFICAÇÃO | | | VALOR UNITÁRIO | |
| | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |

ANEXO VI DO EDITAL

Penalidades (Lei nº14.133/2021, Decreto Distrital nº44.330/2023 e Portaria nº 1.068, de 26 de agosto de 2024)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/878b445155514f05a3fb411e1c2da0c0/exec_dec_44330_2023.html

PORTARIA Nº 1.068, DE 26 DE AGOSTO DE 2024

[Portaria 1068 de 26/08/2024 \(sinj.df.gov.br\)](#)



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL NOBREGA GOMES DANTAS - Matr.0248585-0, Diretor(a) de Deflagração das Licitações**, em 19/12/2025, às 11:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VIVIANE PEREIRA CASTRO - Matr.0223142-5, Subsecretário(a) de Educação Básica substituto(a)**, em 24/12/2025, às 12:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA ACIOLY DE SIQUEIRA - Matr.0214454-9, Chefe da Unidade de Gestão Articuladora da Educação Básica substituto(a)**, em 24/12/2025, às 12:25, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANABELLA DA CRUZ VIEIRA - Matr.0257757-7, Diretor(a) de Educação de Jovens e Adultos substituto(a)**, em 24/12/2025, às 12:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA LEONEIDE R DE ALMEIDA - Matr.0223160-3, Gerente de Atenção à Educação de Jovens e Adultos**, em 29/12/2025, às 17:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **190291473** código CRC= **AA654225**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Shopping ID, SCN, Qd. 06, Conjunto A, Edifício Venâncio 3.000, Bloco B, 4º andar - CEP 70716-900 - DF

(61)3318-2904

SECRETARIA DE EST.DE EDUCACAO DO DIST.FEDERAL

Estudo Técnico Preliminar 8/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 00080-00009578/2024-19

2. Descrição da necessidade

A pretensa aquisição tem o intuito de fortalecer a oferta da Educação de Jovens e Adultos e fomentar a permanência, com aprendizagem, dos estudantes a EJA, visto que nessa modalidade de ensino, não recebe material didático do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação, desde o ano de 2012, o que precarizou oferta da EJA no Distrito Federal e ampliou as desigualdades educacionais. Ademais, a ausência de materiais didáticos impacta reflete, diretamente na organização do trabalho pedagógico dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino e no processo de ensino e de aprendizagem.

Ressalta-se que, No quadriênio 2026-2029, conforme consta o EDITAL CONSOLIDADO 02/2023 - CGPLI - PNLD EJA 2026-2029 - 05/06/2024, o fornecimento de obras didáticas está destinado **exclusivamente** aos estudantes e professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) dos 1º e 2º segmentos, sendo:

- 1º Segmento: Ensino Fundamental I (Anos Iniciais – 1ª a 4ª Etapas)
- 2º Segmento: Ensino Fundamental II (Anos Finais – 5ª a 8ª Etapas)

Esse material atenderá as redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, além de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público. Conforme o cronograma do edital, a escolha das obras será feita pelos docentes em 2025, e a distribuição aos estudantes ocorrerá apenas em 2026.

Dessa forma, assim, com a presente a aquisição para os anos de 2026 e 2027 esta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal pretende suprir esse lapso temporal, garantindo, disponibilizando o material complementar para os estudantes matriculados no 3º segmento da EJA, correspondente ao Ensino Médio, tendo em vista que não há disponibilização de material didático (PLND) para esse segmento, pelo PNLD, até o ano de 2029.

Além disso, destaca-se que essa aquisição refere-se ao material complementar, considerando que o último recebimento de material didático pelo PNLD - EJA ocorreu em 2012. Nesse sentido, a presente contratação busca suprir 12 anos de ausência de material didático para a modalidade EJA.

A aquisição justifica-se, ainda, pela necessidade de qualificar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da EJA, garantindo recursos didáticos-pedagógicos complementares. Além disso, visa subsidiar a organização do trabalho pedagógico e a prática docente, alinhando-se aos seguintes normativos:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), conforme disposto nos inciso 1º e 2º do artigo 37, os quais trazem que "os sistemas de educação assegurará oportunidades educacionais apropriadas e viabilizará o acesso e a permanência do trabalhador na escola" Assim, a promoção de material didático - pedagógico complementar aos estudantes da rede pública de ensino, matriculados na modalidade EJA contribui para que os estudantes sejam estimulados à permanecerem em seus percursos formativos, de forma significativa.
- Plano Distrital de Educação (PDE - 2015-2024) que na Estratégia 9.5 remete à garantia de material didático adequado ao processo educativo, considerando as especificidades da educação de jovens e adultos.
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), que em seu objetivo 4: Educação de qualidade traz: "Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos."
- Planejamento Estratégico Institucional 2023-2027, objetivos 12 e 13.

O levantamento do quantitativo de material didático-pedagógico complementar foi realizado com base nos dados de matrícula da EJA no Censo Escolar 2024. Dessa forma, considera-se necessária a elaboração e fornecimento de, aproximadamente, **54.300** unidades do material, incluindo uma margem de 10% para reserva técnica.

Diante desse contexto, a SEEDF reafirma seu compromisso com a promoção do material didático-pedagógico complementar, garantindo suporte pedagógico aos professores e fortalecendo o percurso formativo dos estudantes da EJA.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--|-------------------------------------|
| Gerência de Atenção à Educação de Jovens e Adultos/Diretoria de Educação de Jovens e Adultos | Maria Leoneide Rodrigues de Almeida |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O material didático-pedagógico complementar para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve estar alinhado ao Currículo em Movimento da Educação Básica - Pressupostos Teóricos (SEEDF, 2014) e Currículo em Movimento da Educação Básica - Educação de Jovens e Adultos (SEEDF, 2014), da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, documentos curriculares vigentes na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF para a Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DF).

Os recursos didáticos adotados pelo material didático-pedagógico complementar devem possibilitar o trabalho pedagógico integrado e interdisciplinar docente que considere as especificidades dos sujeitos da EJA, estudantes trabalhadores e a necessidade de sua formação integral, com vistas à sua (re) inserção ao mundo do trabalho.

Serão excluídos os objetos apresentados que não atenderem ao disposto nos seguintes critérios eliminatórios:

- Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à modalidade Educação de Jovens e Adultos.
- Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano.
- Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica.
- Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos.
- Adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor.
- Observância às regras ortográficas e gramaticais da Língua Portuguesa.
- Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos sujeitos atendidos na EJA.
- Qualidade do texto.
- Textos infantilizados, especialmente nos materiais direcionados para a alfabetização de jovens, adultos e idosos.

Serão excluídos os objetos apresentados que não obedecerem aos preceitos legais instituídos nos seguintes documentos legais:

- a. Constituição Federal de 1988.
- b. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/1996).
- c. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/1990).
- d. Plano Nacional de Educação PNE - 2014-2024 (Lei 13.005/2014).
- e. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).
- f. Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999).
- g. Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 (Decreto 7.037/2009).
- h. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010).
- i. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer CNE/CEB nº 36/2001, Resolução CNE/CEB nº 1/2002, Parecer CNE/CEB nº 3/2008 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008).

- j. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e Parecer CNE/CEB nº 13/2009).
- k. Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Resolução CNE/CEB nº 8/2012).
- l. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CEB nº 1/2012).
- m. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CEB nº 2/2012).
- n. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA (Parecer CNE/CEB nº 23/2008).
- o. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 01/2004).
- p. Resolução relativa à pertinência do uso de imagens comerciais nos materiais de professores e estudantes, em consonância com o Parecer CNE/CEB nº 15/2000.
- q. Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2ª edição (SEEDF, 2021).
- r. Plano Distrital de Educação (PDE - Lei Distrital nº 5.499, de 14 de julho de 2015).
- s. Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994)/Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022.
- t. Diretrizes Operacionais e Pedagógicas para a Escolarização da População em Situação de Rua (PEPOP) 2018 - 2023 (SEEDF, 2018).
- u. Plano Distrital de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional - PDEOOLESP 2021 - 2024 (SEEDF, 2021).

Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano.

O objeto deve:

- a. Estar livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de classe, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, regional, de condição de deficiência, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos.
- b. Estar livre de doutrinação religiosa, política ou ideológica, respeitando o caráter laico e autônomo da educação pública.
- c. Promover positivamente a imagem de afrodescendentes, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social.
- d. Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher.
- e. Promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo e demais povos originários, valorizando e respeitando suas tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes.
- f. Representar a diversidade cultural, social, histórica e econômica do país e do Distrito Federal.
- g. Representar as diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países.
- h. Promover condutas voltadas para a sustentabilidade do planeta, para a cidadania e o respeito às diferenças.
- i. Estar isenta de publicidade, de marcas, produtos ou serviços comerciais, exceto quando enquadrar-se nos casos referidos no Parecer CEB nº 15 de 04/07/2000.

Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica:

Por mais diversificadas que sejam as concepções e as práticas de ensino envolvidas na educação escolar, o objeto deve propiciar ao estudante uma efetiva apropriação do conhecimento. Assim, serão excluídos os recursos e atividades pedagógicos que não atenderem aos seguintes requisitos:

- a. Apresentar abordagem metodológica capaz de contribuir com o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes da EJA, visando o desenvolvimento integral desses estudantes.
- b. Apresentar coerência com essa abordagem, do ponto de vista dos conhecimentos, recursos propostos e organização geral da proposta. Caso o objeto recorra a mais de um modelo didático-metodológico, a articulação proposta entre os modelos deve ser clara e coerente.
- c. Organizar-se de forma a garantir a progressão das aprendizagens.
- d. Contribuir para a apreensão das relações que se estabelecem entre os conhecimentos propostos e suas funções socioculturais, considerando a dimensão afetiva dos indivíduos.

Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos respeitando tanto as conquistas científicas das áreas de conhecimento representadas nos componentes curriculares quanto os princípios de uma adequada mediação pedagógica, as obras devem:

- a. Apresentar e utilizar em exercícios, atividades, ilustrações e imagens conceitos, informações e procedimentos corretos e atualizados e que dialoguem com os sujeitos atendidos na EJA.
- b. Apresentar conceitos, informações e procedimentos com clareza e precisão (os recursos lúdicos e atividades pedagógicas digitais não deve induzir ao erro, apresentar contradições ou ideias equivocadas que possam gerar dificuldades na aprendizagem).
- c. Indicar de forma clara e completa as fontes de cada texto ou fragmento.

Adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor:

O Manual Pedagógico/Livro do professor deverá:

- a. Estimular a manifestação dos saberes e histórias de vidas dos estudantes ao chegarem à sala de aula e estabelecer relações para a produção de novos conhecimentos, entre esse conhecimento e o conhecimento novo.
- b. Propor atividades que estimulem a interação entre os estudantes, o convívio social, o reconhecimento da diferença junto à comunidade escolar, as famílias e a comunidade.
- c. Oferecer orientações precisas sobre eventuais riscos na realização dos experimentos e atividades propostos visando a garantir a integridade física de estudantes, professores e demais pessoas envolvidas no processo educacional.

Observância às regras ortográficas e gramaticais da língua na qual o objeto tenha sido escrito:

Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico à realidade dos jovens, adultos e idosos atendidos na EJA.

A proposta pedagógica deve traduzir-se em projeto gráfico-editorial compatível com suas opções teórico-metodológicas, considerando-se, dentre outros aspectos, a faixa etária e o nível de escolaridade a que se destina.

Com relação à estrutura gráfico-editorial, o material pedagógico complementar e as atividades propostas devem:

- a. Apresentar organização clara, coerente e funcional, do ponto de vista da proposta pedagógica.
- b. Apresentar legibilidade gráfica adequada para o nível de escolaridade visado, no que se refere ao desenho e tamanho das letras; espaçamento entre letras, palavras e linhas; formato, dimensões e disposição dos textos na página.
- c. Apresentar impressão em preto do texto principal.
- d. Apresentar títulos e subtítulos claramente hierarquizados por meio de recursos gráficos compatíveis.
- e. Apresentar sumário que reflita claramente a organização dos conteúdos e atividades propostos, além de permitir a rápida localização das informações.
- f. Apresentar mancha gráfica proporcional ao tamanho da página, com tipologia e tamanho de letra, assim como espaço entre linhas, letras e palavras, adequados para as diferentes faixas etárias.
- g. Apresentar linguagem e terminologia corretas e adequadas ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos estudantes, ao desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos linguísticos.
- h. Apresentar seleção textual que justifica-se pela qualidade da experiência de leitura que possa propiciar.
- i. Apresentar legendas sintéticas, com cores definidas, sem informações em excesso.
- j. Apresentar fontes fidedignas na citação de textos e mapas (Não devendo utilizar representações já conhecidas de outros autores sem a citação correta).
- k. Apresentar repetição excessiva de conhecimentos já abordados sem seu devido aprofundamento, gerando ampliação desnecessária.
- l. Estar isenta de erros de revisão e /ou impressão.
- m. Incluir referências bibliográficas.
- n. Possuir impressão que não prejudique a legibilidade no verso da página.

No que diz respeito às ilustrações, elas devem:

- a. Ser adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas.
- b. Ser claras e precisas, dialogando com os sujeitos da EJA.

- c. Contribuir para a compreensão de textos e atividades e estar distribuídas equilibradamente na página.
- d. Quando, de caráter científico, respeitar as proporções entre objetos ou seres representados.
- e. Estar acompanhadas dos respectivos créditos e da clara identificação da localização das fontes ou acervos de onde foram reproduzidas.
- f. Apresentar títulos, legendas, fontes e datas, no caso de gráficos, tabelas e imagens artísticas.
- g. Apresentar legendas, escala, coordenadas e orientação em conformidade com as convenções cartográficas, no caso de mapas e outras representações gráficas do espaço.
- h. Apresentar ilustrações que explorem as múltiplas funções (como desenhos, figuras, gráficos, fotografias, reproduções de pinturas, mapas e tabelas) e significativas no contexto de ensino e de aprendizagem.
- i. Utilizar ilustrações que dialogam com o texto e com os sujeitos atendidos pela EJA.
- j. Utilizar escala adequada ao objeto de conhecimento.
- k. Retratar adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país.

Qualidade do texto e a adequação temática:

- a. Contribuir para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, do raciocínio crítico e da capacidade de argumentar do estudante.
- b. Propor situações-problema que estimulem a busca de reflexão antes de explicações teóricas.
- c. Aproximar gradativamente os principais processos, práticas e procedimentos de análise e investigação, por meio de propostas de atividades que estimulem observação, curiosidade, experimentação, interpretação, análise, discussões de resultados, criatividade, síntese, registros e comunicação.
- d. Apresentar, de forma contextualizada, propostas e sugestões para que professores e estudantes acessem outras fontes de informações (rádio, TV, internet etc.), fora dos limites do próprio livro didático.
- e. Propor uso de laboratórios virtuais, simuladores, vídeos, filmes e demais tecnologias da informação e comunicação.
- f. Propor atividades de campo e de visitas a museus, centros de ciências, parques zoológicos, universidades, laboratórios e a demais espaços que favoreçam o processo educacional.

O material didático-pedagógico complementar deverá ser submetido a apreciação prévia da SEEDF, que poderá aceitá-los ou solicitar sua adequação.

5. Levantamento de Mercado

Trata-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviços para aquisição de material didático-pedagógico complementar para os estudantes matriculados no 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Após a realização de levantamento de mercado, verifica-se que não há uma variedade de materiais didáticos-pedagógicos complementares voltados para a modalidade EJA. Esse fato justifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada na elaboração e fornecimento de material didático-pedagógico complementar, que contemplem as especificidades da modalidade EJA, tais como: diversidade de gênero, etária, cultural, social e econômica.

Esse material será desenvolvido em conformidade com o Currículo em Movimento da Educação Básica - Pressupostos Teóricos (SEEDF, 2014) e o Currículo em Movimento da Educação Básica - Educação de Jovens e Adultos (SEEDF, 2014), da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, documentos curriculares vigentes na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF para a Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DF).

Nesse sentido, destaca-se para a relevância social da pretensa aquisição, tendo em vista a possibilidade de inclusão social dos estudantes da EJA, com vistas à sua (re)inserção no mundo do trabalho.

Com base nas informações do objeto deste Estudo Técnico Preliminar identificou-se que a solução que atende a todos os requisitos será a contratação por meio de Pregão eletrônico, visando dar maior celeridade à execução da contratação, bem como a garantia da competitividade entre os postulantes ao certame.

6. Descrição da solução como um todo

A pretensa contratação visa adquirir material didático-pedagógico complementar para os estudantes matriculados no 3º segmento da Educação e Jovens e Adultos (EJA). Esse material será desenvolvido em conformidade com o Currículo em Movimento da Educação Básica - Pressupostos Teóricos (SEEDF, 2014) e o Currículo em Movimento da Educação Básica - Educação de Jovens e Adultos (SEEDF, 2014), ambos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, sendo os documentos curriculares vigentes na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF para a Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DF).

A aquisição do material didático-pedagógico complementar para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) promoverá a qualificação do processo educativo, considerando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como a ampliação das oportunidades de aprendizagem dos estudantes dessa modalidade. Nesse sentido, destaca-se a relevância social da pretensa aquisição, tendo em vista a possibilidade de inclusão social dos estudantes da EJA, com vistas à sua (re)inserção no mundo do trabalho.

Salienta-se que esse material didático - pedagógico complementar está em consonância com os critérios de sustentabilidade ambiental, conforme as especificações e as demais exigências para aquisição de bens, tais como: material reciclado, atóxico e biodegradável, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; materiais que não contenham substâncias perigosas acima dos padrões tecnicamente recomendados por organismos nacionais ou internacionais; e materiais acondicionados em embalagens adequadas, feitas com o uso de material reciclável, com o menor volume possível.

Os materiais didáticos - pedagógicos complementares observarão os princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano, tais como: respeito a todos os brasileiros, respeito à liberdade de consciência, respeito à liberdade religiosa e a liberdade política dos estudantes e de suas famílias, observado o caráter laico do Estado e o respeito ao sentimento religioso, bem como a articulação com os fundamentos, objetivos e direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, além dos princípios e disposições específicas referentes à temática da Educação presentes em sua Seção I, Capítulo III, Título VIII.

Em relação ao aspecto econômico, serão observados os critérios de eficiência e durabilidade para os materiais didáticos-pedagógicos complementares, visto que os referidos materiais serão consumíveis ao longo do semestre letivo pelos estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O 3º segmento da modalidade EJA da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal é composto por três etapas (1ª, 2ª e 3ª etapas), que correspondem aos 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, conforme quadro a seguir:

| Segmento na EJA | Correspondência | Etapas na EJA |
|-----------------|-----------------|---------------|
| 3º segmento | Ensino Médio | 1ª a 3ª |

A pretensa aquisição do material didático-pedagógico complementar para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está alinhada ao Plano Distrital de Educação (PDE - 2015-2024) que, na Estratégia 9.5 remete à garantia de material didático adequado ao processo educativo, considerando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, bem como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), que em seu objetivo 4: Educação de qualidade estabelece: *"Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos."* Portanto, a aquisição do referido material didático-pedagógico complementar é imprescindível para garantir o acesso, a permanência, a qualidade da Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

A quantidade do material didático - pedagógico complementar proposto abrangerá os anos de 2026 e 2027 e teve como base de cálculo o total de estudantes matriculados por etapa do 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos, conforme dados do Censo Escolar DF 2024 - 1º semestre (175792948). Em decorrência de a oferta da modalidade EJA ser semestral e a pretensa aquisição atender os estudantes nos anos de 2026 e 2027, considera-se a seguinte fórmula:

| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

| FÓRMULA | |
|---------|---|
| 2026 | nº de matrículas por etapa do 3º segmento x 2 semestres letivos + 10% de reserva técnica = quantitativo do material didático-pedagógico por etapa |
| 2027 | Quantitativo do material didático-pedagógico adquirido em 2026 por etapa do 3º segmento + 10% de reserva técnica |

Dessa forma, reforça-se que para aquisição do material a ser utilizado durante o ano de 2026, o número de matrículas dos estudantes matriculados no 3º foi multiplicado por 2 e somado a margem de 10%, destinada a reserva técnica, tendo em vista a projeção de novas matrículas, uma vez que as matrículas na modalidade EJA ocorrem a qualquer momento. Para o cálculo do quantitativo de material a ser adquirido para o ano de 2027, foi considerado o total de material didático-pedagógico complementar no ano anterior (2026), com acréscimo de 10%, conforme descrito na tabela abaixo:

Tabela 1
Quantidade do material didático-pedagógico complementar (2026 e 2027)

| Quantidade do material didático-pedagógico complementar 2026 | | | | |
|--|--|----------------------|---|------------|
| ANO | MATERIAL DIDÁTICO- PEDAGÓGICO COMPLEMENTAR | UNIDADE DE MEDIDA | MEMÓRIA DE CÁLCULO nº matrículas x 2 semestres letivos + 10% de reserva técnica= quantidade | QUANTIDADE |
| 2026 | Livro didático 3º segmento - 1ª etapa | Unid. | 3.918 x 2 +10% = 8.620 | 8.620 |
| | Livro didático 3º segmento - 2ª etapa | Unid. | 4.171 x 2 +10% = 9.176 | 9.176 |
| | Livro didático 3º segmento - 3ª etapa | Unid. | 3.664 x 2 +10% = 8.061 | 8.061 |
| Total 2026 | | | | 25.857 |
| Quantidade do material didático-pedagógico complementar 2026 | | | | |
| | | | | |

| ANO | MATERIAL DIDÁTICO- PEDAGÓGICO COMPLEMENTAR | UNIDADE DE MEDIDA | MEMÓRIA DE CÁLCULO 2026 + 10% de reserva técnica= quantidade | QUANTIDADE |
|------|--|----------------------|--|------------|
| 2027 | Livro didático 3º segmento - 1ª etapa | Unid. | 8.620 + 10% | 9.482 |
| | Livro didático 3º segmento - 2ª etapa | Unid. | 9.176 + 10% | 10.094 |
| | Livro didático 3º segmento - 3ª etapa | Unid. | 8.061 + 10% | 8.867 |
| | Total 2027 | | | 28.443 |
| | Total geral (2026 + 2027) | | | 54.300 |

Assim, o quantitativo total de material didático-pedagógico complementar a ser adquirido pela pretensa aquisição, para atender os estudantes da EJA, em 2026 e 2027, corresponderá a, aproximadamente, **54.300 (cinquenta e quatro mil e trezentos) materiais didáticos-pedagógicos complementares**.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 15.945.738,00

Os valores referenciais a serem estabelecidos para a pretensa contratação foram realizados por setor competente desta Secretaria, em consonância com as atribuições da Gerência de Pesquisa de Preços –GPESQ, definidas no art. 144 do Decreto Distrital nº 38.631, de 20 de novembro de 2017 (Regimento Interno da SEEDF).

Quanto à formação do preço estimado para a pretensa contratação, aplicam-se as disposições da Lei Distrital nº 5.525/2015, regulamentada pelo Decreto nº 39.453 de 14/11/2018, o qual estabelece que em compras e contratações de bens e serviços, qualquer que seja a modalidade de licitação, o valor a ser pago não seja superior à média de preços do mercado, no âmbito do Distrito Federal.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto deste Estudo Técnico Preliminar – ETP constitui-se em aquisição em 3 (três) lotes. Cada lote corresponde a uma etapa do 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos (equivalente ao Ensino Médio).

Tendo em vista as especificidades inerentes ao objeto que se pretende contratar, entende-se que seu parcelamento atende ao objetivo de garantir a plena conformidade com os princípios da Lei de Licitações e ampliar a competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há existência de contratações que guardam relação e afinidade com o objeto da contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

No que se refere ao Plano de Contratações Anual, é salutar destacar que: O Plano de Contratação Anual (PCA) é uma inovação trazida pela Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLC), regulamentada pelo Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022 e recepcionada no GDF por meio do Decreto Distrital nº 44.330/2023. A pretensa contratação está baseada nos documentos normativos, tais como: Plano Distrital de Educação - PDE (2015- 2024), Planejamento estratégico da SEEDF, e a Lei Orçamentária Anual 2025.

Por conseguinte, o objeto da contratação foi incluído ao PCA 2025, conforme detalhamento a seguir:

I - Id do item no PCA: 24017 - Livros de didáticos, MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO complementar para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Ampliar o acesso e a permanência na Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.
- Qualificar o processo de ensino e de aprendizagem com o fornecimento de livros didáticos-pedagógicos complementares próprios da modalidade EJA.
- Contemplar a Estratégia 9.5 estabelecida no Plano Distrital de Educação do Distrito Federal, no que diz respeito à garantia de material didático adequado ao processo educativo, considerando as especificidades da educação de jovens e adultos e adultos.
- Atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), especificamente em seu **objetivo 4: Educação de qualidade** *"Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos."*
- Fornecer subsídios didáticos e recursos pedagógicos para atender aos estudantes da modalidade EJA.
- Ampliar o número de matrículas na modalidade EJA.
- Combater a evasão escolar, visto que os livros didáticos-pedagógicos complementares próprios da modalidade qualifique a organização do trabalho pedagógico, atendendo os anseios e as especificidades dos estudantes da EJA.

13. Providências a serem Adotadas

Designar servidores capacitados para atuarem na contratação e fiscalização das aquisições de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

Promover e incentivar a capacitação de fiscais e gestores de contratos relacionados à contratação é fundamental para aprimorar a gestão e o controle dessas aquisições. O treinamento contínuo dos servidores melhora a fiscalização dos contratos, assegurando o cumprimento das especificações, prazos e qualidade dos materiais adquiridos. Além disso, reforça a transparência e a eficiência na administração pública, minimiza riscos de inconsistências e garante a correta aplicação dos recursos.

Observar as características dos produtos no edital e termo de referência, que irão nortear a entrega e o recebimento dos objetos.

É fundamental realizar um estudo prévio do local de armazenamento dos produtos antes de sua chegada, garantindo que haja espaço adequado e condições apropriadas para sua conservação. Essa medida previne transtornos no momento do recebimento e armazenamento, assegurando a organização, a integridade dos itens e a eficiência na gestão do estoque.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, bem como o Art. 2º do Decreto Distrital nº 44.330 de 16 de março de 2023, o qual regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base na análise realizada neste instrumento, conclui-se que a aquisição proposta é viável, recomendando sua realização por meio do Sistema de Registro de Preços para a pretensa contratação de empresa especializada na elaboração e fornecimento de material didático-pedagógico complementar, a fim de atender os estudantes matriculados no 3º segmento da Educação e Jovens e Adultos (EJA), correspondente ao Ensino Médio, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. O fornecimento desses materiais tem como objetivo o fortalecimento da oferta da Educação de Jovens e Adultos e fomentar a permanência, com aprendizagem, dos estudantes a EJA, considerando que nessa modalidade de ensino, não recebe material didático do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação, desde o ano de 2012, o que precarizou oferta da EJA no Distrito Federal e ampliou as desigualdades educacionais. Essa contratação contribuirá positivamente na organização do trabalho pedagógico dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino e no processo de ensino e de aprendizagem.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA LEONEIDE RODRIGUES DE ALMEIDA

Gerente da Gerência de Atenção à Educação de Jovens e Adultos



Assinou eletronicamente em 02/12/2025 às 14:41:48.



Documento assinado digitalmente

ANABELLA DA CRUZ VIEIRA

Data: 02/12/2025 15:11:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>